

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2023

CEMIG

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	1
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	2
NOSSO NEGÓCIO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	5
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO.....	18
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA	19
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES.....	20
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES	24
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	31
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BALANÇO SOCIAL.....	54
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	55
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	56
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	57
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	59
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	60
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	61
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	62
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	63
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64
1. CONTEXTO OPERACIONAL	64
2. CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO	65
3. BASE DE PREPARAÇÃO	67
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	71
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	71
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	72
7. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	73
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	75
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	75
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	79
11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	79
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	80
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	84
14. INTANGÍVEL	85
15. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	86
16. ARRENDAMENTOS.....	87
17. FORNECEDORES.....	90
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	91
19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	92
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	95
21. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES	95
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	96
23. PROVISÕES.....	103
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	110
25. RECEITA LÍQUIDA	114
26. CUSTOS E DESPESAS	117
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	120
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	121
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	124
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	135
31. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	135
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	136
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	138
PARECER DO CONSELHO FISCAL	144
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA	145
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	146
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	147
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	150

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nosso encontro anual com os investidores em março de 2023, demos destaque em nossos objetivos de acelerar o processo de transformação da Cemig D, com criação de valor aos acionistas e sociedade. Entendemos que esses objetivos somente são alcançados através de uma gestão sustentável, buscando sempre a maximização dos resultados e com foco no cliente.

Nossos resultados em 2023 são uma evidência do acerto na implementação de nossa estratégia. Obtivemos um lucro líquido de R\$1.6 bilhão, um crescimento de 264% em relação a 2022, e um Lajida de R\$3,1 bilhões, um aumento expressivo de 41%.

No que se refere a gestão da nossa dívida, nossa alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida/Lajida ajustado fechou o ano em 1,77 vezes, o que dá espaço para alavancarmos o relevante programa de investimentos previstos para os próximos anos e ao mesmo tempo, manter uma remuneração adequada e atrativa aos nossos acionistas.

Em 2023, investimos o expressivo montante de R\$3,17 bilhões, que serão incorporados na Base de Remuneração Regulatória - BRR na próxima revisão tarifária, mas com efeitos positivos imediatos no crescimento do mercado e qualidade do atendimento aos nossos clientes.

Obtivemos êxito pela revisão tarifária em maio de 2023, com o reconhecimento integral em nossa BRR dos investimentos que fizemos no último ciclo tarifário, de 2018 a 2023. Estamos confiantes no crescimento expressivo dos resultados da Cemig D para os próximos anos, considerando os investimentos relevantes previstos para o próximo ciclo tarifário, de 2023 a 2028, ressaltando mais uma vez a importância desses investimentos para os nossos clientes, que passarão a ter acesso a maior oferta de energia e com maior qualidade.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas, também apresentando Lajida superior às referências regulatórias, resultados também esperados para 2024.

A Cemig, nossa controladora, é uma empresa reconhecida pela sociedade pela sustentabilidade de suas operações, com 100% de geração de energia de fontes renováveis e participante dos principais índices de sustentabilidade em nível internacional e nacional,

sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 24 anos.

Todos esses resultados que estamos apresentando nos últimos anos nos trazem otimismo com o futuro, que estamos no caminho certo e que a estratégia que adotamos de focar os investimentos em Minas Gerais, em negócios onde temos o controle das operações, com disciplina na alocação de capital e eficiência operacional vem se mostrando acertada, com benefícios para a sociedade e criação de valor para os nossos acionistas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig D no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, com 551.379 km de redes de distribuição, sendo 129.704 km em área urbana, 421.675 km de redes rurais e 19.156 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.215 mil clientes em 2023.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.180 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 16% do total de consumidores faturados na classe residencial.

Nossa missão, visão e valores



Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de colaboradores de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de

valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, colaboradores, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

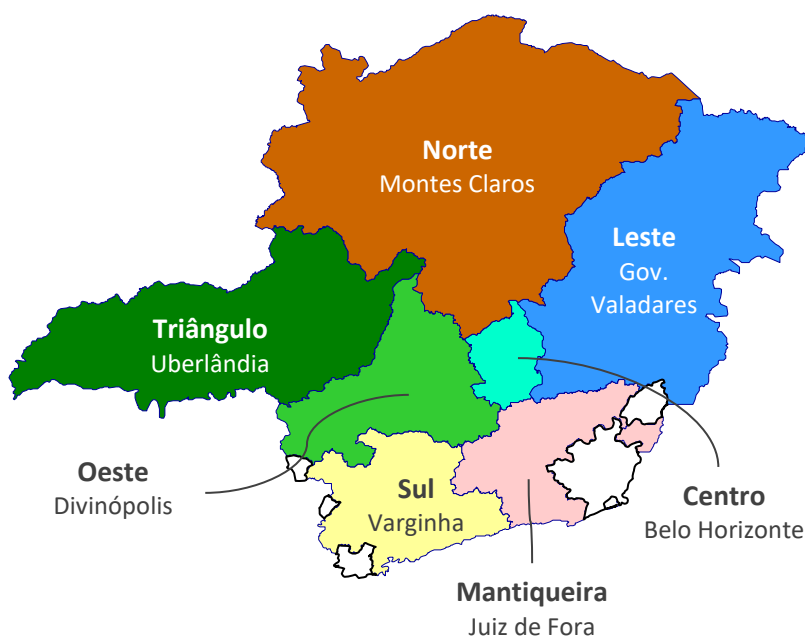
Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSO NEGÓCIO

Área de atuação



Linhas e redes de distribuição

No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob a expectativa de baixo crescimento e inflação anual superior a 5% (Pesquisa Focus indicavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente). A perspectiva era de que a recomposição tributária afetaria preços administrados (especialmente combustíveis), mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa (2,9% e 4,5%, respectivamente, de acordo com a pesquisa Focus mais recente).

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como para a brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2pp) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A oferta agrícola também ajudou a reduzir dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos. Em 2023 houve deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA (-0,58%). Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,12%), a inflação encerrou o ano em 4,62%, dentro do intervalo de metas (cujo teto é 4,75%).

O processo de desaceleração da inflação no ano, com sinais de descompressão dos núcleos de preços, permitiu o início da redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária – a taxa iniciou o ano em 13,75% e terminou o ano no patamar de 11,75%.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no final do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a simplificação do sistema, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco

de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisarão ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de energia irão realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e os encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e irão realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e os tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

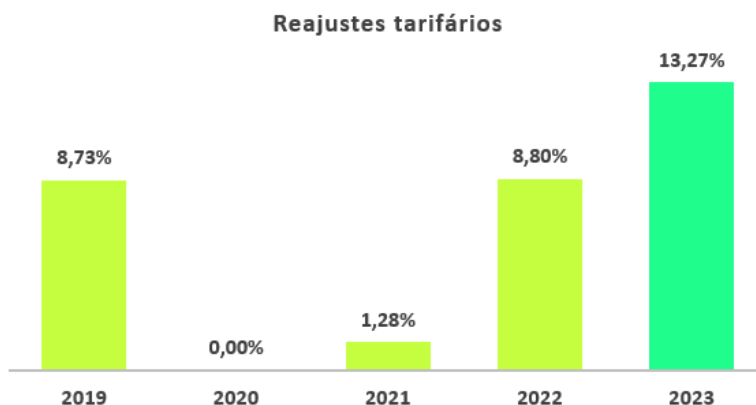
Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Quinta Revisão Tarifária periódica da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2023 a 27 de maio de 2024, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,27%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 14,91%.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 0,66%, e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasesp/Cofins, contribuíram com os demais 12,61%.

A remuneração do capital sofreu variação de 15,5% em relação aos valores hoje existentes nas tarifas. Esse acréscimo se deve, principalmente, do incremento da Base de Remuneração Líquida, em vista dos investimentos realizados pela Cemig Distribuição desde sua última revisão tarifária.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão. Eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0; e,
- {Dívida Líquida⁴ / [LAJIDA³ (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2028).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida Líquida x 111% da Selic;
3. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Balço energético

Em MWh	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de energia	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962	25.600.022
Fornecimento	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962	25.600.022
Suprimento p/ agentes distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618	19.350.933
Mercado atendido	52.033.887	49.407.613	48.494.692	45.553.580	44.950.955
Perdas na rede básica	419.740	501.407	470.140	466.904	508.504
Perdas na distribuição	6.239.227	6.172.362	6.135.258	6.545.110	7.004.818
Perdas técnicas	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971	4.414.282
Perdas não técnicas - PNT	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139	2.590.536
PNT / energia requerida total %	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%	4,94%
Perdas totais - PT	6.658.967	6.673.769	6.605.398	7.012.014	7.513.322
PT / energia requerida total %	11,30%	11,90%	11,99%	13,34%	14,32%
Energia requerida total	58.692.854	56.081.382	55.100.090	52.565.594	52.464.277

Número de consumidores por categoria

Classe	Número de Consumidores				
	2023	2022	2021	2020	2019
Cientes Cativos					
Residencial	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837	6.966.696
Industrial	28.437	29.201	29.580	29.525	29.875
Comercial	943.831	948.615	793.708	776.942	805.811
Rural	422.829	462.142	673.008	688.201	647.064
Poder público	69.670	69.302	67.584	66.388	66.855
Iluminação pública	6.659	7.194	6.831	6.144	6.677
Serviço público	13.703	13.586	13.678	13.676	11.906
Subtotal	9.210.965	9.031.744	8.881.563	8.694.713	8.534.884
Varição %	1,98	1,69	2,15	1,87	1,52
Cientes Livres					
Industrial	1.221	1.079	965	847	707
Comercial	1.714	1.462	1.263	907	724
Rural	22	14	23	17	7
Serviço Público	22	12	6	-	-
Concessionária (Distribuidora)	8	3	3	3	3
Subtotal	2.987	2.570	2.260	1.774	1.441
Total (*)	9.213.952	9.034.314	8.883.823	8.696.487	8.536.325
Varição %	1,99	1,69	2,15	1,88	1,52

* Exclui o consumo próprio.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

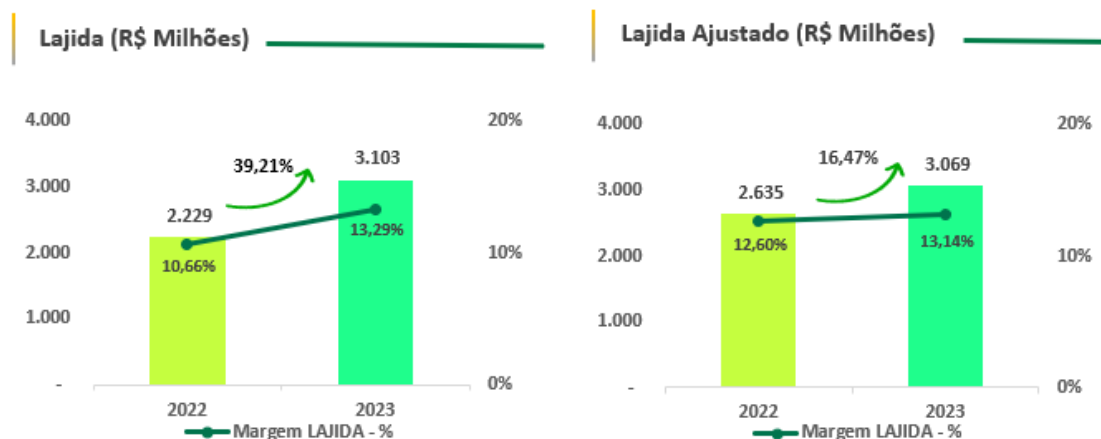
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2023, lucro de R\$1.607 milhões em comparação a R\$443 milhões no exercício de 2022. As principais variações na comparação dos resultados de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	2023	2022	Var %
Lucro líquido do exercício		1.611	443	263,66
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9c	405	(67)	-
Resultado financeiro líquido	27	253	1.115	-
Amortização	26c	834	738	13,01
= Lajida (1)		3.103	2.229	39,21
Pós emprego - Cemig Saúde	22	(34)	-	-
Devolução de Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		-	830	-
TARD relacionado a uso de infraestrutura		-	(145)	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR		-	(42)	-
Provisões Tributárias - Indenização do Anuênio		-	98	-
Alteração na estimativa das perdas de créditos esperadas		-	(131)	-
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos		-	(204)	-
= Lajida ajustado (2)		3.069	2.635	16,47

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas políticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022, excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, uma vez que são extraordinários.



O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, apresentou um aumento de 39,21% no exercício de 2023 em comparação ao exercício 2022, sendo de R\$3.103 no exercício de 2023 e R\$2.229 no exercício anterior. A margem do Lajida passou de 10,66% em 2022 para 13,26% em 2023.

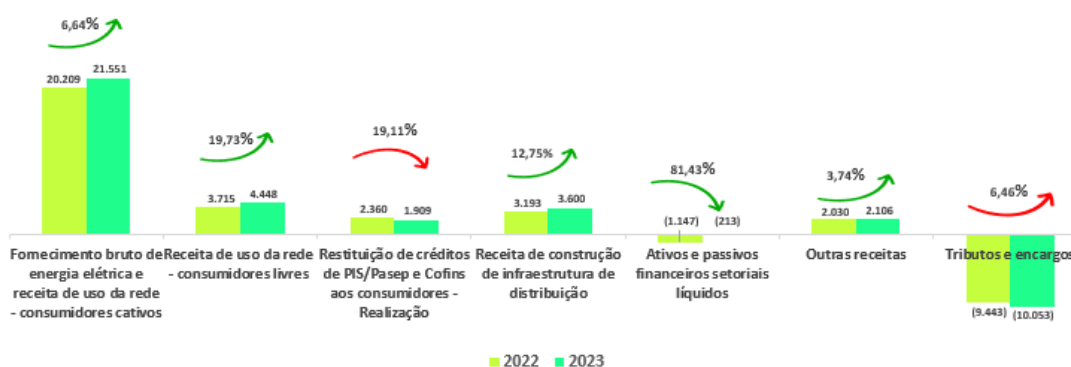
O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 16,47% no exercício de 2023 em comparação ao exercício de 2022, sendo de R\$3.063 no exercício de 2023 e R\$2.635 no exercício anterior. A sua margem passou de 12,60% em 2022 para 13,14% em 2023.

Receita líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	21.551	20.209
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.909	2.360
Receita de uso da rede - consumidores livres	4.448	3.715
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	(213)	(1.147)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	3.600	3.193
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	-	(830)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	149	39
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(139)	(94)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	(4)	453
Outras receitas operacionais	2.100	2.462
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.053)	(9.443)
	23.348	20.919

Receita líquida (R\$ Milhões)



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$21.551 milhões em 2023, em comparação a R\$20.209 milhões no exercício de 2022, representando um aumento de 6,64%.

	2023			2022			Variações (%)	
	MWh(1)	R\$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$ milhões
Residencial	12.092.422	10.794	892,63	11.216.803	10.133	903,38	7,81	6,52
Industrial	1.297.599	1.174	904,75	1.532.562	1.240	809,10	(15,33)	(5,32)
Comércio, serviços e outros	4.380.051	5.019	1.145,88	4.541.506	5.024	1.106,24	(3,56)	(0,10)
Rural	3.003.978	2.224	740,35	3.061.899	2.041	666,58	(1,89)	8,97
Poder público	955.889	786	822,27	855.672	660	771,32	11,71	19,09
Iluminação pública	1.055.562	498	471,79	1.138.039	535	470,11	(7,25)	(6,92)
Serviço público	1.045.141	744	711,87	1.400.256	841	600,60	(25,36)	(11,53)
Subtotal	23.830.642	21.239	891,25	23.746.737	20.474	862,18	0,35	3,74
Consumo próprio	29.703	-	-	30.942	-	-	(4,00)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	172	-	-	60	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	140	-	-	(325)	-	-	-
Total	23.860.345	21.551	-	23.777.679	20.209	-	0,35	6,64

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

A quantidade de energia faturada residencial aumentou 7,81% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior. Este aumento está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores:

- I) aumento de 3,00% na quantidade de consumidores;
- II) aumento de 4,60% no consumo médio mensal por consumidor (passando de 124,6 kWh/mês no exercício de 2022 para 130,4 kWh/mês em 2023);
- III) temperaturas mais elevadas;
- IV) ações de recuperação de perda.

Industrial

A redução de 15,33% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais deve-se, principalmente, à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre e para mini e micro geração distribuída .

Poder Público

A energia faturada aumentou 11,71% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior, devido principalmente à lenta recuperação no nível de consumo dessa classe após a pandemia de Covid-19, o que fez com que o exercício anterior ainda estivesse com baixo nível de consumo.

Serviços Públicos

A quantidade de energia faturada reduziu 25,36% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior devido, principalmente, à migração de algumas instalações de grande cliente do setor de água e esgoto para o ambiente livre.

Iluminação Pública

A quantidade de energia faturada reduziu 7,25% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior devido, à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica a partir do segundo semestre de 2022 até fevereiro de 2023. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$4.448 milhões, comparada a R\$3.715 milhões em 2022, representando um aumento de 19,73%.

Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos na base de cálculo do ICMS citados acima, bem como do aumento de 1,62% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2023, comparado ao exercício de 2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,62% na energia transportada exercício de 2023, em comparação ao exercício anterior.

	MWh(1)		
	2023	2022	Var %
Industrial	20.996.914	20.666.410	1,60
Comercial	2.035.821	1.760.697	15,63
Rural	45.673	40.142	13,78
Serviço Público	439.225	13.130	3.245,20
Poder Público	1.622	2.662	(39,07)
Concessionárias	317.569	300.924	5,53
Total de energia transportada	23.836.824	22.783.965	4,62

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2023, foi reconhecida uma redução de receita no montante de R\$213 milhões, em comparação à redução de receita de R\$1.147 milhões reconhecida em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia comprada para revenda e dos encargos de uso da Rede Básica, aliado à redução de receita obtida pelo Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$1.909 milhões em 2023, em comparação ao montante de R\$2.360 milhões em 2022. Essa recomposição da receita decorre da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$3.600 milhões em 2023, comparadas a R\$3.193 milhões em 2022, demonstrando um aumento de 12,75%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao exercício anterior, destacando-se a realização de um grande volume de obras de atendimento a clientes, em função do aquecimento do mercado, em especial do agronegócio, e a alta dos preços dos insumos das obras (materiais e serviços). Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.053 milhões em 2023 comparados a R\$9.443 milhões em 2022, representando um aumento de 6,46%. Essa variação decorre, substancialmente, da variação na base de cálculo do ICMS, ocorrida nos exercícios comparados, para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R\$21.079 milhões em 2023, comparados a R\$19.427 milhões em 2022, representando um aumento de 8,50%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 26 destas demonstrações financeiras.

Participação de colaboradores e administradores no resultado

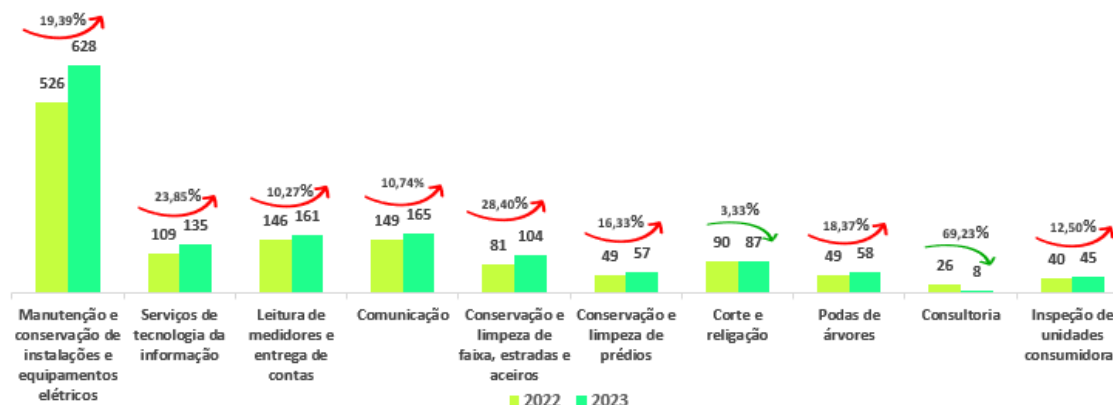
A despesa com participação dos colaboradores e administradores no resultado foi de R\$102 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$40 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 155%. Esta variação decorre, basicamente, da adesão total dos sindicatos ao acordo coletivo de 2023 comparativamente a 2022, ano em que alguns sindicatos não aderiram ao acordo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2023 foi uma despesa no montante de R\$400 milhões, em comparação a uma despesa de R\$420 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, denominado Plano Premium, ofertado pela Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras).

Serviços de terceiros

Serviços de terceiros



A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.614 milhões no exercício de 2023, comparada ao montante de R\$1.420 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 13,66%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 19,39% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$628 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$526 milhões no exercício anterior. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 18% no valor do serviço contratado, somado ao aumento da terceirização do serviço;
- aumento de 23,85% na despesa com serviços de tecnologia da informação, sendo de R\$135 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$109 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, do fortalecimento das práticas de cibersegurança e resiliência dentro do escopo do plano estruturante de transformação digital da Cemig, e do início do serviço de um Centro de operações de Segurança Cibernética para realizar o monitoramento e a defesa cibernética do ambiente de tecnologia da informação;
- aumento de 28,39% na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$104 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$81 milhões no exercício anterior, e aumento de 18,37% na despesa com podas de árvores sendo R\$58 milhões no exercício de 2023 comparado a R\$49 milhões no exercício anterior. Ambas as variações decorrem principalmente do aumento do preço do serviço em 2023;
- redução de 69,23% na despesa com consultoria, sendo de R\$8 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$26 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre da contratação, em 2022, de serviços de consolidação e acompanhamento da implantação do orçamento base zero na Companhia;

- aumento de 12,50% na despesa com inspeção de unidades consumidoras sendo de R\$45 milhões no exercício de 2023 comparado a R\$40 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre principalmente do aumento da quantidade de inspeções com o objetivo de combater as perdas comerciais bem como do aumento do custo do serviço.
- redução de 50% na despesa com manutenção e conservação de veículos, sendo de R\$4 milhões no exercício de 2023 comparada a R\$8 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre da aquisição de 312 caminhões novos no exercício de 2022, em substituição à frota obsoleta de caminhões em operação. Tal operacionalização demandou a transposição e manutenção de equipamentos hidráulicos instalados nos caminhões antigos.

Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda (R\$ Milhões)



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$9.589 milhões em 2023, comparado a R\$9.171 milhões em 2022, representando um aumento de 4,56%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 19,67% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$4.045 milhões no exercício de 2023, comparado a R\$3.380 milhões em 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 17,91% no custo com geração distribuída, sendo de R\$2.331 milhões no exercício de 2023 comparado a R\$1.977 milhões em 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022);

- redução de 26,58% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$1.207 milhões no exercício de 2023, comparado a R\$1.644 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 35% no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$24,73KW no exercício de 2022 para US\$16,19KW (abril de 2023) e nova alteração regulatória para US\$20,23 em maio de 2023, definida por resolução.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 26a destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$3.067 milhões em 2023, comparado a R\$2.767 milhões em 2022, representando um aumento de 10,84%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior necessidade de despachos térmicos em 2023 em decorrência de altas temperaturas, além da entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no exercício de 2023.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Provisões

As provisões foram de R\$463 milhões em 2023, comparadas a R\$399 milhões em 2022. As principais variações que explicam essa variação são:

- aumento de 42,65% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$97 milhões no exercício de 2023, em comparação à constituição líquida de R\$68 milhões no exercício de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de recentes decisões desfavoráveis à Companhia, em processos que discutem sobre assuntos diversos;
- aumento de 66,67% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$80 milhões no exercício de 2023, em comparação à constituição líquida de R\$48 milhões no exercício de 2022. Essa variação decorre,

principalmente, do reflexo ao aumento da quantidade de novas ações judiciais em 2022, relacionadas às questões da Distribuição, como inspeções, obras na rede, combate à inadimplência e suspensão de fornecimento de energia elétrica;

- redução de 31,43% nas provisões para contingências tributárias, sendo de R\$96 milhões no exercício de 2023, em comparação a R\$140 milhões no exercício de 2022. Essa redução deve-se, principalmente, à constituição, no terceiro trimestre de 2022, de provisão relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios pagos aos colaboradores em 2006 (mais informações na nota explicativa nº 23);
- variação nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição líquida de R\$160 milhões em 2023 em comparação à constituição líquida de R\$108 milhões em 2022. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2023 foi uma despesa financeira de R\$253 milhões, comparada a uma despesa financeira de R\$1.115 milhões em 2022. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, tendo sido uma receita financeira de R\$76 milhões em 2023, comparada a uma receita financeira de R\$185 milhões em 2022. Essa variação decorre, basicamente, da redução do saldo de itens atualizados pela Selic, constituídos até 31 de dezembro de 2023, comparado ao saldo dos mesmos itens no exercício anterior;
- redução de 17,23% na receita financeira com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$269 milhões no exercício de 2023, comparadas a R\$325 milhões no exercício de 2022. Essa variação deve-se em especial pela captura de todo o efeito da troca do índice utilizado para cálculo dos acréscimos moratórios (IGPM para IPCA) ocorrida no segundo semestre de 2022, conforme determinado no Art.343 da REN1000 - ANEEL e menor nível de inadimplência da Companhia no exercício de 2023 devido ao reforço no emprego das ferramentas de cobrança.
- redução de 90,34% na despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo de R\$129 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$1.335 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre do complemento, no segundo trimestre de 2022, da atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito;

- variação no resultado líquido com variação monetária de empréstimos e debêntures, tendo sido uma despesa financeira de R\$386 milhões no exercício de 2023, comparada a uma despesa financeira de R\$265 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, de a contratação da 8ª Debêntures- 2ª série ter sido em junho de 2022, impactando apenas o segundo semestre do exercício. Em 2023, a variação monetária afetou o exercício inteiro.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$405 milhões em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$2.017 milhões. No exercício de 2022, a Companhia apurou recuperação de despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$67 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$377 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9d destas demonstrações financeiras.

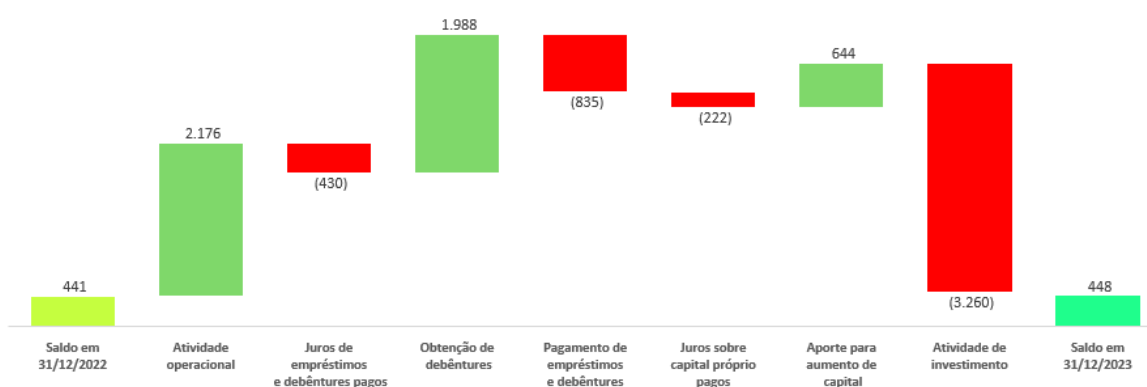
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

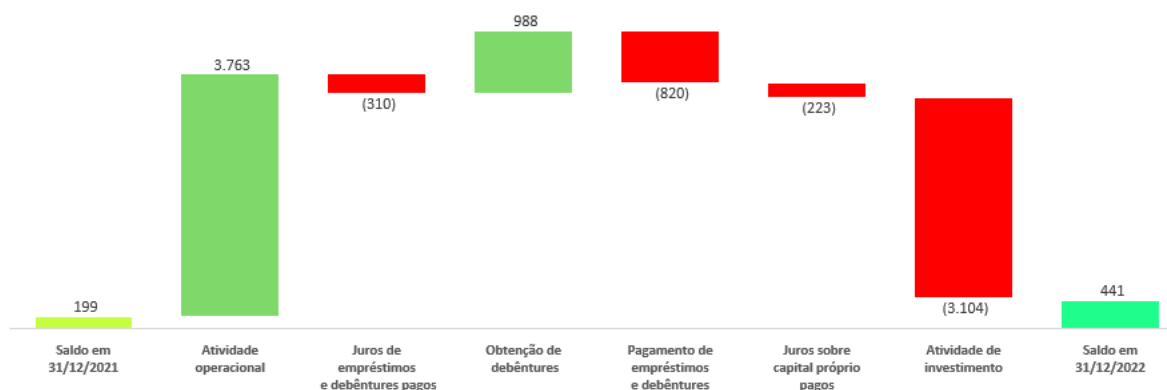
Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$448 milhões, em comparação a R\$441 milhões em 31 de dezembro de 2022, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa e equivalentes de caixa (R\$ Milhões)
2023



Fluxo de caixa e equivalentes de caixa (R\$ Milhões) 2022



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro de 2023, no montante de R\$1.611 milhões:

- R\$79 milhões relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$31 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2023 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$667 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$238 milhões dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024;
- R\$596 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2023, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (Opex) nos limites regulatórios. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em junho de 2023, a Cemig D realizou captação por meio da 9ª emissão de debêntures no volume de R\$ 2 bilhões em série única, à taxa de remuneração de CDI + 2,05% a.a. e vencimento em 3 anos, com amortizações no 2º e 3º anos.

As agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's mantiveram os *ratings* da Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaques para melhoria do perfil de liquidez, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. É importante salientar que os ratings da Cemig D acompanham o rating da sua Controladora, a Cemig H.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig D nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		

Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Global		Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	

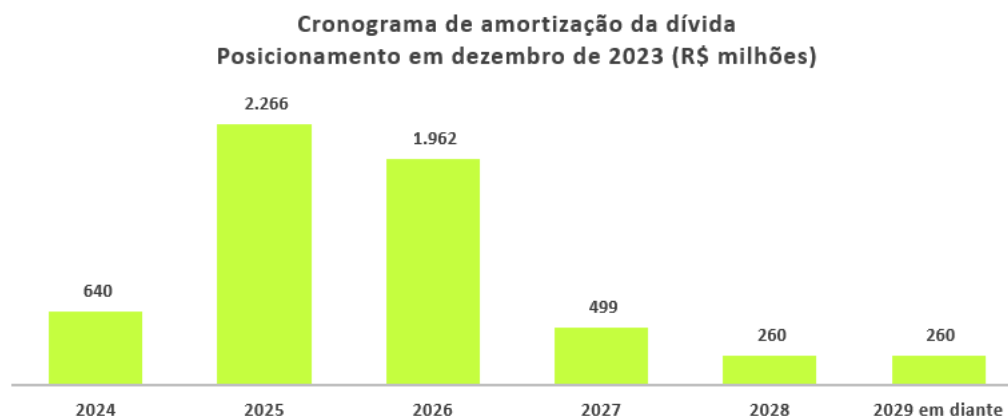
S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Os detalhes sobre Empréstimos, e Debêntures da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

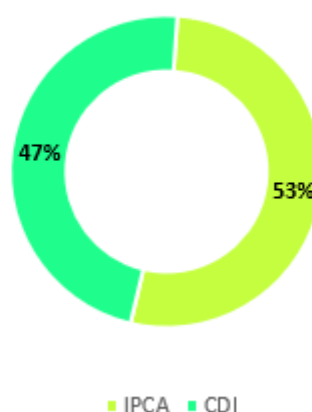
A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados a todas as emissões de debêntures, que limitam a sua capacidade de endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$5.888 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,7 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA POR INDEXADORES/MOEDA



A Companhia possui um *hedge* natural, com correção pelo IPCA, índice que atualiza seus serviços de distribuição. O custo real da dívida da Cemig D é de 6,55% a.a. e de 11,50% a.a. em custo nominal.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R\$3,17 bilhões em nosso negócio de distribuição, em 2023, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Companhia na concessão de Distribuição, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do Estado e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R\$23,5 bilhões de 2023 a 2028, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela Distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na área de concessão da Cemig D.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$ 21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2023, foram realizados, aproximadamente, R\$ 241 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 63 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 294.982 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 12.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.982 km de rede de média e baixa tensão, em 2023, perfazendo um total de R\$ 334,2 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R\$ 650 milhões, pela Cemig, e R\$ 499 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2023. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 14.642 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2023, ocorreram intervenções em 599 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$ 303 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 638 instalações, com um investimento de R\$ 10,4 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do Estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2023, foram realizados cerca de R\$ 92 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte/religa remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R\$ 570 milhões, em 2023.

No primeiro ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R\$ 3,17 bilhões, de um total aprovado de R\$ 2,90 bilhões, resultando em um desempenho de 109%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R\$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	799
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	176
Operação e manutenção em alta tensão	49
Operação e manutenção em média e baixa tensão	239
Reforço de redes de média e baixa tensão	199
Reforma de redes em média e baixa tensão	105
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	240
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	334
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	651
Troca de medição/medição de fronteira	172
BT Zero - Program de regularização de comunidades	92
Telecomunicações	62
Plano diretor de automação da média tensão	46
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	10
Meio ambiente	2
Total	3.176

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio. O valor investido no “Programa Minas Trifásico” em 2023 foi de aproximadamente 441 milhões, com extensão de 2.032 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. O Programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R\$5 bilhões no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do Estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no “Programa Mais Energia” em 2023 foi de R\$798,6 milhões, com a energização de 27 subestações e construção de 672km de linhas de distribuição.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes Cemig são:

- Consumidores cativos, vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- Consumidores livres, sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros Estados em que a Cemig atua.
- Distribuidoras que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. É composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Prêmio Respeito

A Cemig recebeu o Prêmio Respeito, da Revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. Em sua 21ª edição, o Prêmio reconhece empresas que se destacam pelo profundo respeito ao público consumidor, bem como investimentos em estratégias, talento, recursos e metodologias que visam a satisfação do cliente.

A Companhia, ciente das transformações no setor de energia elétrica, anteviu as mudanças, concentrando esforços em inovação. O compromisso de encantar o cliente tornou-se o direcionador estratégico, permeando todas as decisões da empresa. Isso explica como a empresa vem expandindo seus negócios e, ao mesmo tempo, mantendo qualidade do serviço prestado.

No âmbito do atendimento ao cliente, a implementação do Projeto Cliente + demonstra o compromisso com a evolução da experiência do consumidor. Novas tecnologias, autonomia nos canais digitais, atendimento humano diferenciado e omnicalidade compõem a abordagem da Cemig.

O Prêmio Respeito destaca a ênfase da Cemig na percepção de preço justo, onde o valor percebido em cada produto ou serviço supera a mera questão do preço. A Companhia busca transmitir o valor agregado de seus produtos, alinhando-se à expectativa do cliente.

Smart Transformation Pioneer

A Cemig recebeu o prêmio de *Smart Transformation Pioneer* na categoria *Business Experience* durante o WE3 Summit 2023 (conferência anual de tecnologia e inovação).

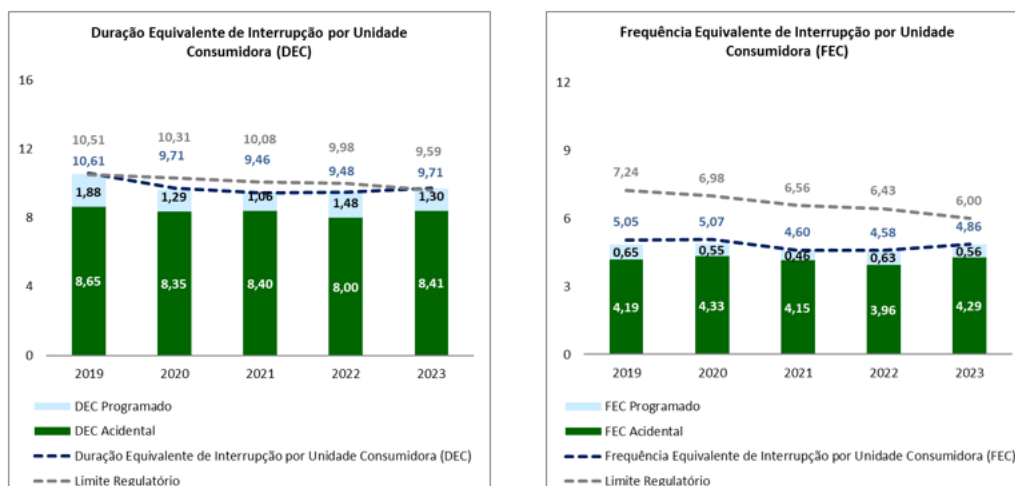
O evento global, promovido de 14 a 16 de novembro, na Califórnia, reuniu líderes globais dos setores de água e energia, com o objetivo de discutir a transformação, desafios e soluções do setor, buscando envolver, educar e capacitar os profissionais.

A premiação reconheceu as inovações e os resultados alcançados pela empresa no controle de perdas e inadimplência e consolidou o protagonismo das práticas adotadas pela Cemig na América Latina.

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2023 o percentual de 1,24% acima da meta regulatória. A Cemig D realizou 9,71 (horas) frente ao limite de 9,59 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) também apresentou elevação em comparação ao ano anterior, contudo obteve resultado abaixo do limite regulatório. Em 2023, o valor apurado foi de 4,86 (horas) frente ao limite regulatório de 6,00 (horas).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no Estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste Estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento.

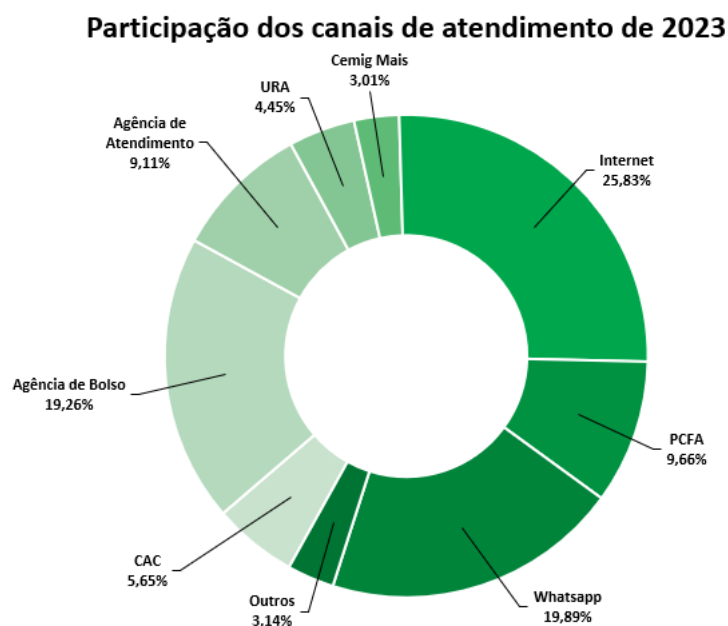
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat. O número de contatos registrados em 2023 foi de 142 milhões.

Além do seu site, com mais de 38 milhões de contatos em 2023, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 32 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 29 milhões de contatos em 2023.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 2 milhões de contatos.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2023:



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os colaboradores. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASC) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de julho de 2023, no qual a Companhia atingiu 76,2 pontos no índice de satisfação, superior em 12,55% comparado ao exercício anterior. Essa pontuação foi maior que o resultado geral da Abradee, que ficou em 72,5 pontos, fato esse que indica o resultado dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, com reflexo nos indicadores de satisfação, a Companhia implantou pesquisas mensais do NPS - *Net Promoter Score*, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC 2023 foi realizada no período de agosto a outubro de 2023, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão.

O resultado da pesquisa será conhecido somente em maio de 2024.

Transformação Digital

A parceria estratégica entre Cemig e IBM, iniciada em fevereiro de 2021, teve em seu primeiro ano, uma fase inicial de *assessment* das operações.

A redefinição da estratégia do atendimento foi o passo seguinte, englobando uma nova segmentação de clientes, nova identidade visual para os canais, tom de voz em sintonia com os direcionadores da nova experiência proposta pelo projeto, mapa de posicionamento de serviços entre os canais, dentre outros aspectos.

O processo de transformação usou a metodologia de CX - *Customer Experience* da IBM e se iniciou com a identificação dos diferentes tipos e necessidades de clientes (personas e segmentos), detalhadas em suas jornadas *versus* a experiência que a Cemig almejava prover, ser Simples, Acessível, Confiável e Encantadora. Com isso foi definida a estratégia de canais: cognitivos, digitais e humanos.

Para os dois anos seguintes, 2022 e 2023, executamos a implementação das estratégias e posicionamentos definidos por meio da transformação dos canais, implementação de tecnologias avançadas com inteligência artificial, cognitividade e integração dos canais de atendimento para a construção da omnicanalidade.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1, 315 milhão de clientes em dez/2023, o que representa um aumento de 31,5% em relação ao ano de 2022 (1 milhão clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2023 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

Gestão da adimplência e arrecadação

Os resultados obtidos pelo segmento de distribuição foram positivos, em função das iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, conforme abaixo:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 30% de ações comparado a 2022. Ocorreram mais de 60 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 5 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,6 milhões de negativações, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 287 mil protestos de títulos junto a cartórios;

- Utilização de técnicas de otimização e *Machine Learning* para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;
- Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2023, a Cemig D realizou a campanha promocional “2 anos sem Conta” e implementou o QRCode PIX, nas contas retidas, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 22% das faturas mensais arrecadadas;
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon’s; em públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;
- Participação no programa do Governo Federal “Desenrola Brasil”, com oportunidade de negociação para dívidas de difícil recebimento e atrelada a clientes de baixa solvência ou poder aquisitivo;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

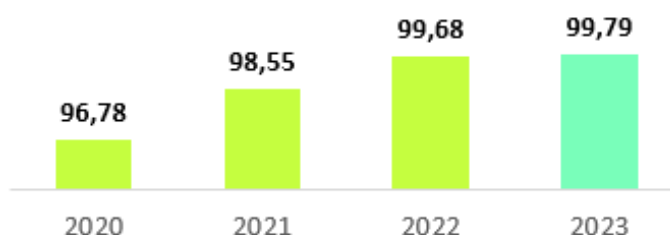
Índice de Arrecadação – ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, superou resultados históricos, encerrando o ciclo de 2023 em 99,79%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

Histórico Índice de Arrecadação

Índice de contas arrecadadas | Arfa (%)

Arrecadação/Faturamento

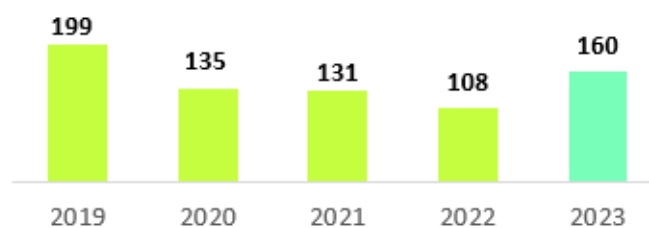


PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2023 foi de R\$160 milhões, a comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios para classificação de créditos que são qualificados como “*default*” para melhor representação de perda de crédito da Companhia, considerando a implementação nos últimos anos por diversas iniciativas de cobrança.

Além disso, por reflexos de melhoria de gestão e intensificação de ações de combate às fraudes e perdas, verificamos elevação no faturamento de documentos “Consumo Irregular”, atingindo pico de R\$ 277 milhões em 2022, ante o realizado R\$ 38 milhões em 2020. Por sua natureza de difícil recebimento, expectativa de aproximadamente 40% a cada ano, impacto no resultado de 2023 foi cerca de 50% do montante verificado em PCE em 2023.

PCE anual – R\$ Milhões



Proteção contra perdas

A Cemig monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

O resultado do IPTD em 2023 foi de 10,71% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,40% em relação ao resultado de 2022, que foi de 11,11%. O IPTD de 2023 é composto de 8,31% de perdas técnicas e 2,40% de perdas não técnicas. Esse resultado do IPTD em 2023 ficou abaixo do limite estabelecido pela Aneel para a Cemig D para o ano de 2023, que foi de 10,84%. Destaca-se que, pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).

Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2023, destacam-se: a realização de 379 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 661 mil medidores obsoletos; regularização de fornecimento de energia de 10 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 315 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R\$99 milhões).

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2024, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda (Programa Energia Legal).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços,

definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo, em milhares de reais:

Serviços	2023	2022
Auditoria de demonstrações financeiras e outros serviços (1)	1.588	1.230
(1) Revisão tributária (tax compliance), Relatório de Controle Patrimonial (RCP)- PPA, Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias (DCR)		

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 19 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP -

instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2023, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de aproximadamente R\$28 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Hidrogênio verde

A Cemig e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) firmaram, em 2023, dois importantes acordos de cooperação. A Cemig assinou protocolo de intenções para fins de colaboração científica e tecnológica entre as duas instituições, assim como foi formalizada a transferência da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Luiz Dias. A usina, que era de propriedade da Cemig, foi cedida de forma não onerosa à UNIFEI, para ser utilizada na compensação da energia que será empregada no laboratório do Centro de Hidrogênio Verde (CH2V), projeto realizado pela instituição e que contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o vetor energético. Produzido a partir de recursos renováveis, o Hidrogênio Verde (H2V) é considerado por muitos especialistas como uma chave promissora para a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade.

Trata-se de mais um passo para o fomento da produção científica e tecnológica no setor elétrico nacional. O acordo prevê a colaboração abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos; além de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento técnico e científico e prototipação e desenvolvimento de sistemas em hardware e software.

Centro de Hidrogênio Verde

A UNIFEI - dentro do âmbito do Centro de Excelência de Conservação de Energia, também construído em parceria com a Cemig - vem desenvolvendo o CH2V, cujo objetivo é ajudar as indústrias mineira e brasileira a atravessarem a transição energética, reduzindo a pegada de carbono de seus produtos e tornando-os cada vez mais desejáveis em âmbitos nacional e internacional.

"O Hidrogênio Verde conta com grande importância em razão de sua versatilidade, já que há a possibilidade de ser transformado em combustível ou em eletricidade. Isso reduz o índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, uma vez que ele é extraído de fontes limpas e renováveis".

Inovação

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de

novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG. Como exemplo, a Companhia está instalando, na sua rede aérea de distribuição, um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera.

A Cemig fez a instalação de cerca de 300 metros do material em um circuito localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), substituindo a rede nua pela rede isolada com o novo material. A ideia é testar a nova tecnologia e, a partir dessa fase piloto, observar o desempenho do novo cabo.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.

Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu mais de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Gestão de resíduos

Em 2023 foram encaminhadas para destinação final 59,35 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R\$38 milhões, inferior ao ano de 2022 devido ao elevado volume de postes, que possui valor de comercialização baixo.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig D, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas

modernas de Operação e Manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Mudanças Climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig foi agraciada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRH-MG, com o 1º Lugar do Prêmio Ser Humano, na categoria Gestão de Pessoas – ESG. O reconhecimento se deu em virtude da contribuição social relevante prestada pela Companhia, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial.

Com a recente aprovação da política de valorização da diversidade e inclusão, o programa de aprendizagem foi reconfigurado. No ciclo 2023, o Curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica direcionou vagas específicas para parentes diretos de pessoas que estiveram em situação de rua. Além disso, 50% do total de vagas foi destinado a pessoas do gênero feminino.

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Companhia com o desenvolvimento profissional e social.

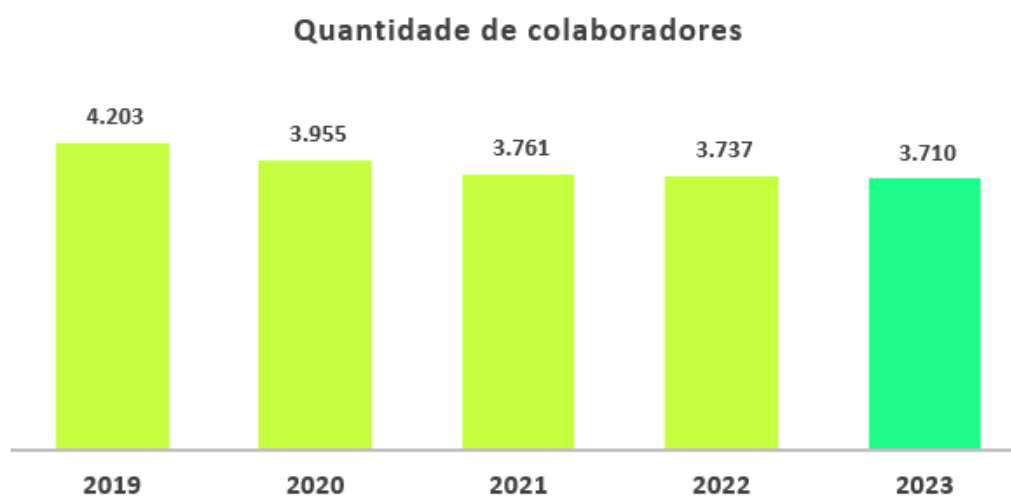
A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade terão a oportunidade de participar do curso neste semestre.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de colaboradores nos últimos anos, passando de 4.203 em 2019 para 3.710 colaboradores em 2023, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Em 2023 a Companhia viabilizou a admissão de 202 novos colaboradores. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e

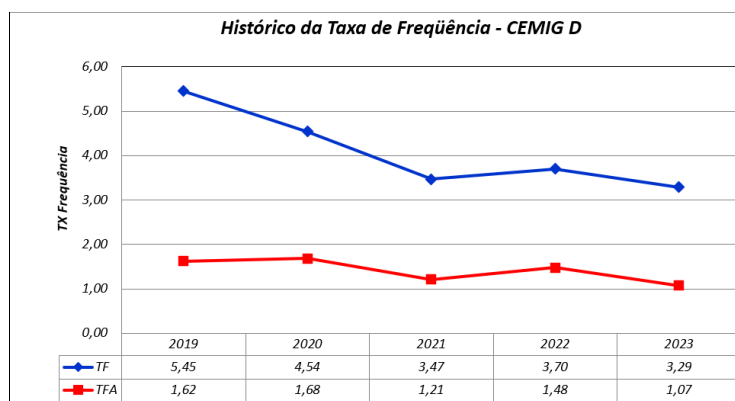
universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2023 continuaram a ser adotados pela força de trabalho da Cemig ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), segue abaixo os dados de 2023 da Cemig D, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Tanto a TF quanto a TFA mostram uma clara tendência no de redução, se comparado com 2022. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e Cultura Organizacional

Após três anos de um projeto de transformação cultural, a Cemig vem fortalecendo os pilares da cultura desejada, consolidando importantes mudanças em 2023:

- o senso de urgência para servir ao cliente é foco das ações na linha de frente, suportado por um projeto de transformação digital e implantação de novos canais de contato e solução, assim como investimentos consideráveis e tempestivos em novas subestações e fontes energéticas, linhas de transmissão e de distribuição e melhorias das estruturas;

- a gestão de riscos com ética e conformidade já tem feito parte da rotina e é medida anualmente por meio da validação do aprendizado e do conhecimento dos colaboradores sobre as regras de conduta, do tratamento das manifestações realizadas no canal de denúncias e da revisão constante das normas e políticas internas, a exemplo da recente elaboração de Política de Combate ao Assédio e outras violências no trabalho;
- a integração com corresponsabilidade é estimulada tanto pelos rituais e canais de comunicação internos como também pela transversalidade de algumas atividades e processos;
- o protagonismo com alta performance e a valorização da pessoa e do desempenho são algumas das bases para a tomada de decisões em relação às oportunidades de carreira e reconhecimentos.

Um destaque para a continuidade da mudança cultural, nesse ano de 2023, passa pela implantação do Programa de Diversidade e Inclusão - composto pela realização de censo, de sessões de capacitação e de mentoria para a liderança e de letramento e rodas de conversa para os times, além de muita comunicação e da discussão de uma estratégia para que esse tema possa avançar dentro da organização.

Todos esses investimentos – em nossas pessoas, líderes e empregados –, em processos, em tecnologias e em estrutura organizacional têm colaborado para a transformação da realidade da empresa, expressa na melhora significativa de nossos resultados e no jeito de ser e de fazer as coisas.

Em um ambiente com tantas mudanças simultâneas, onde há de se respeitar o tempo necessário para o amadurecimento e a estabilização, a Cemig realiza de forma bienal Pesquisa de Engajamento e Clima. A próxima está agendada para 2024 e tem o objetivo de acompanhar os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento.

Cemig nas comunidades

A Cemig fornece, continuamente, informações e esclarecimentos com relação ao uso seguro da energia e promove a conscientização da população em relação aos cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas.

A Cemig investe em comunicação para o uso seguro da energia, realizando campanhas informativas, fornecendo instruções técnicas em seus canais de relacionamento, disponibilizando equipes para verificação e orientações sobre situações de risco, para informar sobre o uso seguro da eletricidade, entre outras.

Em toda a sua área de concessão, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes, orientando a população de forma direta, por meio de matérias (rádio, jornal, mídias digitais e TV) e de postagens nas redes sociais; e de forma indireta, com diferentes tipos de material

educativo publicados em meio eletrônico e em formato de cartilhas, folders e cartazes, além de eventuais campanhas nas comunidades.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos colaboradores para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque em 2023 são:

Programa Al6%: o programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2023 do Al6% envolveu a participação de 1.427 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 137 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

No total, foram destinados R\$2,8 milhões para entidades distribuídas em 69 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

Grandes transformações sociais podem ser promovidas a partir do trabalho voluntário. Oferecer ajuda sem receber nenhuma contrapartida financeira para isto, muda a forma de

olhar para o mundo, serve de exemplo para as novas gerações e traz benefícios como aumento da empatia, desenvolvimento pessoal e reforço dos laços com os que estão à sua volta.

Programa Você – Voluntariado Cemig engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) ações propostas por colaboradores na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Dia V – Dia do Voluntariado: O evento aconteceu na Vila Zilah Sposito, em Belo Horizonte, na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga. A ação propiciou aos moradores do entorno uma série de benefícios gratuitos como atendimento oftalmológico, aferição de pressão, orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de educação ambiental e doação de mudas, orientação para fazer um currículo, orientações de segurança com a rede elétrica, troca de lâmpadas antigas por lâmpadas de LED e informações sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2023, cerca de 1,2 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários mensalmente relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R\$405 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à uma energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos. Atualmente, cerca de 17 milhões de famílias no Brasil recebem a tarifa social.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2023, foram investidos R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

No ano de 2023, a Cemig investiu R\$44,4 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 370 unidades hospitalares, envolvendo a instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig publicou editais para seleção de projetos sociais que passarão a integrar o conjunto de iniciativas incentivadas pela Companhia em Minas Gerais.

As chamadas públicas buscam ações que trabalham as práticas esportivas.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Além disso, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2023, foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O tema da Segurança da Informação é preocupação permanente da Cemig, que investe cada vez mais em sua estrutura de Tecnologia da Informação (TI), buscando robustez na governança e gestão dos serviços de TI, bem como na gestão da segurança da informação para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual a Companhia está sujeita por ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, seu sistema de controles de segurança em TI é baseado no Cobit 5 e verificado anualmente por auditorias interna e externa.

Os mecanismos de segurança da informação da Companhia são assegurados por um sistema de gestão baseado na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO / IEC 27001: 2013. Essa norma apresenta um modelo para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às melhores práticas de mercado. O sistema de gerenciamento de segurança da informação da Cemig inclui processos para gerenciamento e controle de políticas, riscos, comunicação, classificação de informações e segurança da informação. Além disso, ações recorrentes para melhoria nos processos, comunicação, conscientização e treinamento fortalecem a segurança da informação da Companhia.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para;

- Capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;

- Captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- Elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação com vigência de 18 meses, válido até abril de 2023.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade;
- Alternativas em geração sustentável.

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de seus mais de 9 milhões de clientes que utilizam os seus serviços e respeita a privacidade de seus colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Também entende que os dados pessoais de suas partes interessadas devem ser utilizados de maneira responsável e aderente às legislações brasileiras, principalmente à Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, que regulamenta o fornecimento de energia elétrica, e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para trazer robustez ao sistema de gestão já existente, e para se adequar à LGPD, Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do

EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da ANEEL, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Durante o seu desenvolvimento, o EnergyGPT será testado em várias áreas estratégicas, onde se espera que a IA forneça insights valiosos, aumente a eficiência operacional e ajude na tomada de decisões críticas.

O lançamento do EnergyGPT representa um marco significativo na aplicação de tecnologias de ponta, visando aprimorar a eficiência e promover a inovação no setor elétrico.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig atua fortemente em seu objetivo de combater o desperdício de energia elétrica, por meio de inúmeras iniciativas transformadoras.

O PEE da Cemig se baseia no incentivo à mudança de hábitos, resultando na redução e eliminação do desperdício como forma do bom uso e da preservação dos recursos naturais. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

O PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, sendo estes executados diretamente pela Cemig.

Além disso, a companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes enviem projetos para elevar a eficiência energética de suas unidades consumidoras.

Dessa forma, a empresa atua na substituição de equipamentos ineficientes por outros mais eficientes e na instalação de usinas fotovoltaicas, além de levar orientações sobre o uso correto e sustentável da energia elétrica.

Em 2023, a Cemig atingiu a marca de R\$1 bilhão de investimentos no Programa de Eficiência Energética desde sua criação em 1998. Os investimentos da Cemig representam mais de 10% do investimento nacional no Programa de Eficiência Energética, que é regulado pela Aneel.

Atrelado a este marco histórico de investimentos, conseguimos levar nossas ações de eficiência energética a 100% dos municípios da nossa área de concessão.

Chegar à marca de R\$ 1 bilhão em investimentos demonstra o compromisso de disseminar os conceitos de uso racional e eficiente de energia elétrica. Além de proporcionar economia na fatura de energia elétrica, esse tipo de ação é fundamental para o meio ambiente.

Em 2023, o programa investiu mais de R\$140 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de mais R\$50 milhões em novo processo de Chamada Pública a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos. Neste chamamento de 2023 foram aprovados 17 projetos, todos com contratos assinados e que serão financiados e executados ao longo de 2023.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas. A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos (i) inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico; (ii) estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia; (iii) concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Em 2023, a Cemig investiu em 16 projetos de PDI em diversos temas, tendo sido investido pela Cemig Distribuição R\$27,3 milhões, destacando-se os seguintes projetos:

- Sistema Integrado de Visão Computacional para Proteção à Receita e Segurança do Trabalho, propõe ganhos em produtividade e otimização de operação. A tecnologia utilizada é a da inteligência artificial (IA). Ela promove a captura e a interpretação de imagens, replicando funções condicionadas à visão humana, além de classificá-las, agrupá-las e distingui-las conforme padrão previamente estipulado.
- Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais. Através dos dados e imagens coletados por nanossatélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a

classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.

- Sistema de priorização de investimentos no segmento de distribuição sob a ótica dos conceitos regulatórios de Revisão Tarifária e retorno sobre o capital. Sistema computacional norteado por método de otimização, que deverá avaliar diversas obras e priorizar as que obtiverem melhor rentabilidade para empresa visando o aprimoramento da confiabilidade do fornecimento, minimização dos custos e maximização dos resultados com base em critérios regulatórios.
- Método de Ranqueamento de Investimento. Sistema integrado que opera em uma perspectiva de antecipação de riscos e possíveis falhas na rede de distribuição da Companhia.
- Análise de Arranjo Técnico e Comercial Baseado em uma Planta Piloto de Sistema Distribuído de Armazenamento de Energia em Alimentador Crítico da Rede de Distribuição. Os Sistemas de Armazenamento de Energia com Baterias (SAEBs) se destacam pela versatilidade, pois mostram-se capazes de prover diferentes serviços, como back-up, arbitragem e compensação da variabilidade de geração eólica e solar, por exemplo.
- Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrovoltaico. A proposta vai unir a agricultura, um dos pontos mais fortes da economia de Minas, e a geração de energia solar, forma de geração limpa que tem ganhado importância nos últimos anos.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig sempre procura a melhor condução de seus processos visando a melhoria contínua da sua gestão e o alcance dos objetivos estratégicos, com consequente satisfação dos seus clientes.

Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e no final de 2023 logrou a certificação na NBR ISO 31000 - Gestão de Riscos Corporativos.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

No ano de 2023, o núcleo Cemig Geração e Transmissão passou pela recertificação, o núcleo Cemig Distribuição passou por uma auditoria de Manutenção e o núcleo Ouvidoria passou pela 2ª auditoria de manutenção. Os ciclos de certificações são sempre no período de três anos. (Recertificação, 1ª de manutenção e 2ª de manutenção).

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice- Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à ilicitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos colaboradores, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos onze membros do seu Conselho de Administração, dez membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), enquanto nove membros têm essas características segundo os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e informações curriculares de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2023, reuniu-se 20 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 29 reuniões do Comitê de Auditoria - COAUD.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para

mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 62 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2022 foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2023, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2023/2024.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os

riscos dos pilares Distribuição, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG, Financeiro, Regulatório Institucional, Controle e Integridade.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração, com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores, definição dos principais riscos (Top Risks) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados, e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes e atualizados. Esforços e investimentos na antecipação de calendários de avaliação, automatização de processos, capacitação e contratação de profissionais de mercado fomentaram o aumento da maturidade do Ambiente de Controles Internos nos últimos anos, corroborando com diversos avanços, em destaque a retirada da Fraqueza Material nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, fraqueza esta que estava presente de 2016 a 2021. Os resultados obtidos que refletem o alto grau de efetividade do ambiente de controles internos demonstram confiança na gestão de riscos da companhia bem como a contribuição para endereçamento dos riscos relacionados aos pilares estratégicos, com foco especial aos Pilares Financeiro e Controles e Integridade.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Declaração de conformidade ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão e à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Política de *Compliance* e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, colaboradores ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Em fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Cemig aprovou a atualização da Política de Compliance da Cemig, inserindo o tratamento do tema Antissuborno.

A Cemig preza pela prevenção e combate ao suborno, fraudes, conflitos de interesse e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às legislações, normas internas e externas estabelecidas.

A Política estabelece diretrizes e responsabilidades que devem ser adotadas na prática diária dos negócios, atividades e relacionamentos da Companhia, tendo como objetivos:

- i. promover uma cultura que incentive a conduta ética e o compromisso com as melhores práticas de compliance e o cumprimento das leis e normas de compliance e antissuborno;
- ii. prevenir, detectar e responder a falhas no cumprimento de leis e normas e desvios de conduta;

- iii. concentrar-se na mitigação de Riscos de Compliance e Suborno priorizados pela Companhia;
- iv. contribuir para a motivação e produtividade dos colaboradores, a preservação e valorização da marca Cemig e a minimização de não conformidades, penalidades e multas por descumprimentos de normas;
- v. garantir o cumprimento e a melhoria contínua do Programa de Compliance e Antissuborno da Cemig.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Em 2023, a Cemig tornou-se signatária do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU.

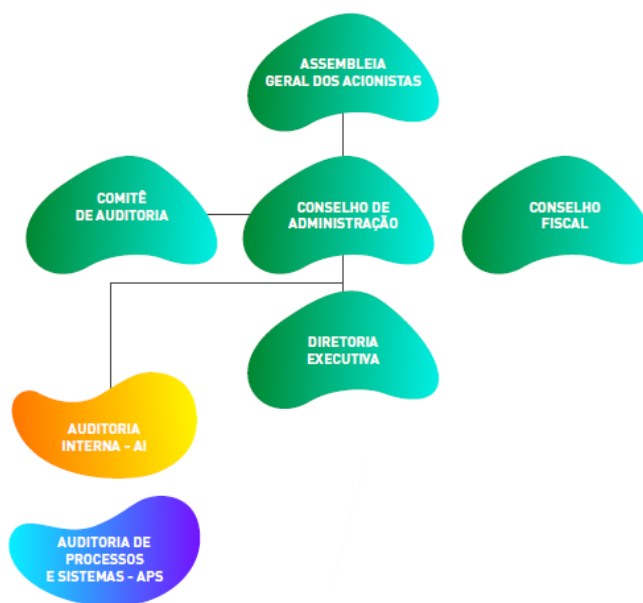
A iniciativa visa avançar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS16), de combater todas as formas de corrupção. Este documento estabelece metas e ações para engajar as empresas a se comprometerem com o tema.

Ao ingressar no Movimento Transparência 100%, a Companhia se compromete a avançar em direção às seguintes metas:

- 100% de transparência das interações com a Administração Pública;
- Remuneração 100% íntegra da alta administração;
- 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e
- 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

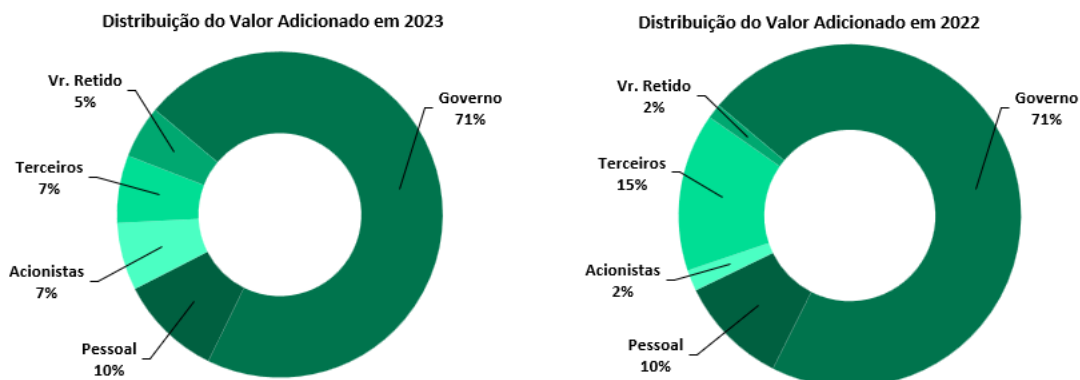
O prazo estabelecido pelo Movimento para o atingimento total das metas é 2030. A Cemig vem avançando no cumprimento dos requisitos e com isso pretende entregar os resultados de maneira mais célere. Com esta iniciativa, a Cemig expressa publicamente a decisão de fortalecer a integridade e a transparência em toda a cadeia de valor.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CEMIG



Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$13.513 milhões de valor adicionado em 2023 em comparação a R\$13.155 milhões em 2022, distribuídos da seguinte forma:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de colaboradores.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1) Base de Cálculo	2023			2022		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	23.348.437			20.918.716		
Resultado Operacional (RO)	2.269.734			1.492.156		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	641.741			585.749		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	70.650	11,01	0,30	66.682	11,38	0,32
Encargos sociais compulsórios	216.497	33,74	0,93	195.179	33,32	0,93
Previdência privada	55.154	8,59	0,24	54.365	9,28	0,26
Saúde	51.476	8,02	0,22	49.146	8,39	0,23
Segurança e medicina no trabalho	3.478	0,54	0,01	17.993	3,07	0,09
Educação	34	0,01	0,00	460	0,08	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.873	0,76	0,02	16.599	2,83	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.691	0,26	0,01	1.632	0,28	0,01
Participação nos lucros ou resultados	101.503	15,82	0,43	39.834	6,80	0,19
Outros	6.241	0,97	0,03	9.201	1,57	0,04
Total - Indicadores Sociais Internos	511.597	79,72	2,19	451.091	77,01	2,16
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	1.240	0,05	0,01	9.929	0,67	0,05
Cultura	68.296	3,01	0,29	66.096	4,43	0,32
Esporte	18.382	0,81	0,08	4.250	0,28	0,02
Outros Doações/Subvenções/FIA/AI6%	143.981	6,34	0,62	94.707	6,35	0,45
Total das Contribuições para a Sociedade	231.899	10,22	0,99	174.982	11,73	0,84
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.476.786	417,53	40,58	8.419.928	564,28	40,25
Total – Indicadores Sociais Externos	9.708.685	427,75	41,58	8.594.910	576,01	41,09
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia	27.839	1,23	0,12	20.861	1,40	0,10
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	27.839	1,23	0,12	20.861	1,40	0,10
5) Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de colaboradores ao final do exercício	3.710			3.737		
Nº de admissões durante o exercício	202			317		
Nº de colaboradores temporários	76			23		
Nº de estagiários (as) contratados (as)	64			70		
Escolaridade dos colaboradores						
- Superior e extensão universitária	720			788		
- 2º Grau	2.959			2.904		
- 1º Grau	31			45		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	1.731			1.735		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	514			537		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,11%			11,36%		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	225			228		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	2,22%			1%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	120			127		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	23,02			21		
Número total de acidentes de trabalho (colaboradores próprios)	21					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos os colaboradores			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos os colaboradores	() Todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos os colaboradores			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos os colaboradores			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos			
Quanto à participação dos colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia 238.172	no Procon 5.209	na Justiça 13.810			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2023: R\$13.513 milhões					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	71,13% governo	10,24% colaboradores	6,70% acionistas	71,31% governo	10,39% colaboradores	14,93% terceiros
7) Outras Informações	2023					
Investimentos em questões ambientais	R\$28 milhões					
Resíduos e materiais inservíveis	60,82 mil toneladas					
Receita com as vendas dos resíduos	R\$44 milhões					

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2023	2022
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	9.214	9.035
Número de empregados	3.710	3.737
Número de consumidores por empregado	2.484	2.418
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.565	1.495
Tarifas médias de fornecimento - incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	892,65	903,39
Comercial	1.145,86	1.106,32
Industrial	904,79	809,20
Rural	740,43	666,61
DEC (horas)	9,71	9,48
FEC (número de interrupções)	4,86	4,58
Privação de fornecimento por consumidor - minutos/mês	48,55	47,40
Operacionais		
Número de subestações	462	448
Linhas de distribuição (Km)	19.156	18.485
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	129.704	124.946
Rural	421.675	431.413
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	23.348	20.919
Margem operacional - %	9,72	7,13
Lajida ou Ebitda - R\$ milhões	3.103	2.229
Resultado do exercício - R\$ milhões	1.611	443
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R\$	683	188
Patrimônio líquido - R\$ milhões	8.883	7.105
Valor patrimonial por ação	3,77	3,00
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	18,14	6,24
Endividamento do patrimônio líquido - %	210,51	257,67
Liquidez corrente	0,87	0,98
Liquidez geral	0,83	0,77

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-Presidente sem denominação
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações
Dimas Costa	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos colaboradores)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Vago (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Roberto Cesar Guindalini	Não há
Vago	

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira (Cemig)	Alexandre Ribeiro de Almeida

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	447.967	440.700
Títulos e valores mobiliários	6	2.781	279.717
Consumidores e revendedores	7	3.545.064	2.761.370
Concessionários - transporte de energia	7	374.362	333.642
Tributos compensáveis	8	550.472	1.828.665
Contribuição de iluminação pública		260.730	207.286
Ativos setoriais da concessão	12b	493.934	746.031
Outros ativos		510.773	393.478
Total do circulante		6.186.083	6.990.889
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	1.884.164	2.119.494
Tributos compensáveis	8	698.446	540.281
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	113.122	76.278
Depósitos vinculados a litígios	10	662.233	651.279
Concessionários - transporte de energia	7	38.817	43.386
Outros ativos		16.648	17.327
Ativos setoriais da concessão	12b	311.637	198.059
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	12a	1.881.509	1.369.652
Ativos de contrato	13	3.430.870	1.849.852
Intangíveis	14	12.099.390	11.314.918
Arrendamentos - direito de uso	16	259.647	240.178
Total do não circulante		21.396.483	18.421.756
Ativo total		27.582.566	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e debêntures	19	639.713	883.795
Fornecedores	17	2.024.449	1.929.723
Impostos, taxas e contribuições	18	268.455	197.890
Imposto de renda e contribuição social	9b	80.888	88.043
Salários e encargos sociais		153.285	162.661
Encargos regulatórios	20	373.039	393.389
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		95.134	52.273
Obrigações pós-emprego	22	231.390	274.904
Contribuição de iluminação pública		424.713	312.475
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		704.653	455.273
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.499.524	504.052
Valores a restituir a consumidores	18	853.652	1.495.598
Arrendamentos - obrigações	16	56.294	43.602
Outros passivos		354.578	325.837
Total do circulante		7.759.767	7.119.515
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	19	5.247.909	3.692.203
Provisões	23	1.480.183	1.342.624
Obrigações pós-emprego	22	3.379.693	3.550.093
Encargos regulatórios	20	81.147	55.437
Valores a restituir a consumidores	18	501.159	1.632.200
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24	-	679.794
Arrendamentos - obrigações	16	230.235	216.271
Outros passivos		19.248	19.248
Total do não circulante		10.939.574	11.187.870
Total do passivo		18.699.341	18.307.385
Patrimônio líquido			
Capital social	24	6.284.312	5.371.998
Reservas de lucros	23	3.976.565	3.270.982
Ajustes de avaliação patrimonial	24	(1.377.652)	(1.537.720)
Total do patrimônio líquido		8.883.225	7.105.260
Total do passivo e do patrimônio líquido		27.582.566	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	25	23.348.437	20.918.716
Custos			
Custo com energia elétrica	26a	(12.656.237)	(11.938.473)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	26b	(3.600.374)	(3.193.092)
Custos de operação	26c	(3.262.761)	(2.956.091)
		(19.519.372)	(18.087.656)
Lucro bruto		3.829.065	2.831.060
Despesas	26c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(159.694)	(108.141)
Despesas gerais e administrativas		(530.776)	(569.188)
Outras despesas, líquidas		(868.861)	(661.575)
		(1.559.331)	(1.338.904)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		2.269.734	1.492.156
Receitas financeiras	27	583.789	790.885
Despesas financeiras	27	(836.914)	(1.906.130)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.016.609	376.911
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(252.278)	(548.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(152.871)	615.149
Lucro líquido do exercício		1.611.460	443.475
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	24	0,68	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.611.460	443.475
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	242.527	447.957
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9c)	(82.459)	(152.306)
	160.068	295.651
Resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	1.771.528	739.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	-	477.144	75.473	2.851.422	(1.833.371)	-	6.942.666
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	443.475	443.475
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	-	-	295.651	-	295.651
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	295.651	443.475	739.126
Reserva legal	-	-	21.384	-	-	-	(21.384)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,2444 por ação)	-	-	-	-	(315.664)	-	(260.868)	(576.532)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	15.796	-	-	(15.796)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	145.427	-	(145.427)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	498.528	91.269	2.681.185	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.611.460	1.611.460
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	160.068	-	160.068
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	160.068	1.611.460	1.771.528
Aumento de capital	644.000	(644.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital via JCP	268.314	-	-	-	-	-	-	268.314
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	-	-	644.000
Reserva legal	-	-	79.026	-	-	-	(79.026)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	30.933	-	-	(30.933)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	595.624	-	(595.624)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,3831 por ação)	-	-	-	-	-	-	(905.877)	(905.877)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	-	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	-	8.883.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.611.460	443.475
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	22	414.550	448.434
Amortização	14b e 16a	833.857	738.025
Perdas de créditos esperadas	26c	177.071	108.141
Provisões	26c	285.451	397.377
Ajuste de ativos em curso	13	(7.500)	595
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	81.943	57.513
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	25	(1.908.658)	(2.360.056)
Juros e variações monetárias		464.185	1.463.990
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12a	(149.238)	(39.369)
Amortização do custo de transação de empréstimos	19	5.809	2.655
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	25	213.038	1.146.559
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9a	405.149	(66.564)
		2.427.117	2.340.775
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(979.539)	88.495
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		-	190.661
Tributos compensáveis	8	(164.808)	692.490
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		35.185	(375.520)
Depósitos vinculados a litígios		36.452	16.736
Ativos financeiros e de contrato da concessão		-	91.607
Contribuição de iluminação pública		(53.444)	26.029
Outros		(132.443)	(2.816)
		(1.258.597)	727.682
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		88.003	(106.993)
Impostos, taxas e contribuições		874.569	1.159.636
Salários e encargos sociais		(9.376)	21.233
Contribuição de iluminação pública		112.238	(44.631)
Encargos regulatórios	20	5.360	(246.387)
Contribuições pagas de pós-emprego	22	(385.937)	(348.875)
Provisões pagas	23	(147.892)	(128.556)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		42.861	(34.843)
Outros		335.604	334.141
		915.430	604.725
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		2.083.950	3.673.182
Juros de empréstimos e debêntures pagos	19	(430.493)	(310.066)
Juros de arrendamento pagos	16	(2.581)	(2.555)
Juros recebidos		94.968	92.690
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.745.844	3.453.251
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	6	(2.675.077)	(5.890.752)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	6	2.953.120	6.030.525
Em intangível	14	(122.157)	(187.121)
Em ativos de contrato	13	(3.415.735)	(3.056.452)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.259.849)	(3.103.800)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	19	1.987.943	987.522
Pagamento de arrendamento	16	(53.830)	(51.792)
Pagamento de empréstimos e debêntures	19	(835.103)	(820.008)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(221.738)	(223.167)
Aporte para aumento de capital	24	644.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.521.272	(107.445)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	440.700	198.694
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	447.967	440.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	29.651.519	27.958.657
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	3.600.374	3.193.092
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	149.238	39.369
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(159.694)	(108.141)
	33.241.437	31.082.977
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(10.284.923)	(9.856.672)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.379.555)	(3.049.306)
Serviços de terceiros	(3.022.847)	(2.418.233)
Materiais	(2.018.415)	(2.135.575)
Outros custos	(803.947)	(536.346)
	(19.509.687)	(17.996.132)
Valor adicionado bruto	13.731.750	13.086.845
Retenções		
Amortização	(833.857)	(738.025)
Valor adicionado líquido	12.897.893	12.348.820
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	615.923	806.069
Valor adicionado a distribuir	13.513.816	13.154.889
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.383.314	1.366.177
Remuneração direta	816.948	728.006
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	520.164	539.043
FGTS	46.202	44.849
Programa de desligamento voluntário programado	-	54.279
Impostos, taxas e contribuições	9.612.241	9.380.829
Federais	5.763.897	5.814.484
Estaduais	3.843.251	3.562.045
Municipais	5.093	4.300
Remuneração de capitais de terceiros	906.801	1.964.408
Juros	899.396	1.947.256
Aluguéis	7.405	17.152
Remuneração de capital próprio	1.611.460	443.475
Juros sobre capital próprio	905.877	260.868
Lucros retidos	705.583	182.607
	13.513.816	13.154.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.214.710 consumidores em 31 de dezembro de 2023.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.574 milhões (negativo de R\$129 milhões em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Cemig D estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Revisão Tarifária Periódica

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, conforme Resolução Homologatória (ReH) nº 3.202, de 23 de maio de 2023. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 13,27% para os consumidores, sendo 8,94%, em média, para o Grupo A (alta e média tensão) e 15,55%, em média, para o Grupo B (baixa tensão).

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão - Grupo A	8,94%
Baixa tensão - Grupo B	15,55%
Reajuste médio	13,27%

O percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 0,66%, e o percentual remanescente, de 12,61% , tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 5,09% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados a compra de energia, transmissão, encargos setoriais e receitas

irrecuperáveis, e; (ii) 7,52% referentes aos itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorará de 28 de maio de 2023 até 27 de maio de 2024.

Em função da homologação do resultado do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, conforme ReH nº 3.202, de 23 de maio de 2023, a atualização do ativo financeiro teve um acréscimo de R\$39.516, considerando a data base de 30 de novembro de 2022. O acréscimo decorre da diferença entre a estimativa de atualização dos ativos utilizada pela Companhia e o Valor Novo de Reposição – VNR destes ativos homologados no processo de RTP.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.8, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 / IAS 1 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, e estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas);
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre o lucro);
- Nota 12 – Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão; (mensuração ao valor justo)
- Nota 14 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 16 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento);
- Nota 22 - Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós- emprego);

- Nota 23 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 25 - Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo).

3.6. Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguro	O IFRS 17 /CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 08/ CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de “mudança nas estimativas contábeis” pela definição de “estimativas contábeis”. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
IAS 01/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	A Companhia adotou as alterações à IAS 1/ CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação nas demonstrações financeiras das que foram julgadas como materiais.
IAS 12/ CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12/ CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3.8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	Ainda não definido
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

3.9. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

	2023	2022
Contas bancárias	183.361	83.858
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	263.957	309.894
Aplicações automáticas - Overnight	649	46.948
	264.606	356.842
	447.967	440.700

Os **Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários	136	30.587
Letras Financeiras (LF) - Bancos	878	182.161
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	396	64.208
Outros	1.371	3.813
	2.781	280.769
Ativo circulante	2.781	279.717
Ativo não circulante	-	1.052

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variou de 103% a 104,3% em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.

As **Letras Financeiras - Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 28 destas demonstrações financeiras, respectivamente.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2023	2022
Residencial	1.027.654	369.471	283.067	276.440	328.064	2.284.696	1.800.806
Industrial	44.354	63.836	10.399	19.614	129.997	268.200	255.015
Comércio, serviços e outras	407.046	198.346	48.662	90.843	220.586	965.483	796.559
Rural	189.204	111.078	29.023	32.734	44.422	406.461	292.220
Poder público	83.114	49.192	1.887	215	12.663	147.071	97.942
Iluminação pública	48.191	562	185	-	646	49.584	12.303
Serviço público	62.446	43.014	1.485	3.748	28.109	138.802	125.823
Subtotal - consumidores	1.862.009	835.499	374.708	423.594	764.487	4.260.297	3.380.668
Concessionários - transporte de energia	78.835	304.324	23.489	6.680	39.115	452.443	460.272
Suprimento - energia de curto prazo	15.573	-	16.052	-	2.134	33.759	56.315
Provisão para perdas de créditos esperadas	(149.272)	(15.792)	(19.239)	(60.636)	(543.317)	(788.256)	(758.857)
	1.807.145	1.124.031	395.010	369.638	262.419	3.958.243	3.138.398
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.545.064	2.761.370
Concessionários - transporte de energia						374.362	333.642
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						38.817	43.386

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2023	2022
Residencial	318.772	269.007
Industrial	117.450	122.227
Comércio, serviços e outras	219.451	194.431
Rural	38.304	31.070
Poder público	26.474	26.621
Iluminação pública	1.404	(88)
Serviço público	27.137	32.346
Concessionários - transporte de energia	39.264	83.243
	788.256	758.857

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	774.871
Constituições, líquidas	238.710
Baixas	(124.155)
Alteração em critério utilizado na estimativa	(130.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857
Constituições, líquidas (Nota 26)	159.694
Baixas	(130.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	788.256

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas (PEC) é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 / CPC 48).

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 24 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

É adotada regra diferenciada para os valores a receber provenientes do faturamento de débito irregular dada a sua natureza de maior dificuldade de cobrança. A análise é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A análise no caso dos valores de faturamento de débito irregular, dada a sua natureza diferenciada de cobrança, é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

No caso de estimativa de PEC e o reconhecimento como baixa ("default") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando: histórico da dívida, garantias existentes, iniciativas em andamento para recebimento dos créditos e, em alguns casos, conceito em bureaux de crédito.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
ICMS a recuperar	424.743	404.590
Cofins (a)	103.373	1.170.056
PIS/Pasep (a)	21.984	253.606
Outros	372	413
	550.472	1.828.665
Não circulante		
ICMS a recuperar	666.452	515.972
Cofins (a)	26.287	19.973
PIS/Pasep (a)	5.707	4.336
	698.446	540.281
	1.248.918	2.368.946

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

No exercício de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.298.404 (R\$1.441.893 no exercício passado).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	2023	2022
Imposto de renda	66.297	61.390
Contribuição social	46.825	14.888
	113.122	76.278
Não circulante	113.122	76.278

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	54.130	77.292
Contribuição social	26.758	10.751
	80.888	88.043

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos		-	-	-
Prejuízo fiscal / base negativa	-	219.698	-	219.698
Obrigações pós-emprego	1.238.981	49.414	(82.459)	1.205.936
Perdas de créditos esperadas	295.384	15.891	-	311.275
Provisão para redução a valor recuperável	22.271	(2.586)	-	19.685
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins (1)	523.338	(523.338)	-	-
Provisões	396.213	125.401	-	521.614
Taxa de administração	4.500	(375)	-	4.125
Participação de colaboradores e administradores no resultado	17.773	14.573	-	32.346
Direito de uso (2)	88.357	9.063	-	97.420
Outros	1.890	2.467	-	4.357
	2.588.707	(89.792)	(82.459)	2.416.456
Passivos fiscais diferidos		-	-	-
Amortização acelerada	-	(97)	-	(97)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(212.326)	(41.819)	-	(254.145)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(12.191)	-	(181.992)
Custo de captação	(5.425)	(2.124)	-	(7.549)
Passivo de arrendamento (2)	(81.661)	(6.619)	-	(88.280)
Outros	-	(229)	-	(229)
	(469.213)	(63.079)	-	(532.292)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	2.119.494	(152.871)	(82.459)	1.884.164

- (1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.
- (2) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.7.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

2024	512.401
2025	343.402
2026	301.880
2027	301.880
2028	301.880
2029 a 2031	393.009
2032 a 2033	262.004
	2.416.456

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.016.609	376.911
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(685.647)	(128.150)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	227.000	196.021
Incentivos fiscais	36.568	42.010
Contribuições e doações indedutíveis	(4.860)	(7.419)
Ajustes de ECF de exercícios anteriores	25.209	-
Multas indedutíveis	(92.887)	(40.372)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	82.578	-
Outros	6.890	4.474
	(405.149)	66.564
Alíquota efetiva	20,09%	17,66%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(252.278)	(548.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(152.871)	615.149

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido. No exercício de 2022, o saldo dessa atualização foi tributado, porém, com a decisão favorável do STF, o saldo passou a ser excluído na apuração de 2023.

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Tributos correntes

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

A Cemig possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se

os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos. Os efeitos potenciais estão divulgados na nota explicativa nº 23.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2023	2022
Trabalhista	173.400	203.119
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	12.849	12.198
IR/INSS indenização do anuênio (1)	228.737	218.771
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	81.894	67.852
IRPJ/CSLL	34.231	17.980
Outros	59.175	64.197
	416.886	380.998
Outros		
Regulatório	33.339	31.428
Cível	8.546	5.786
Relações de consumo	4.725	6.166
Bloqueio judicial	20.259	13.056
Patrimonial	497	4.448
Outros	4.581	6.278
	71.947	67.162
	662.233	651.279

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

A Companhia reconhece como receita de subsídios tarifários os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, que são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE). Também são reembolsados via CDE as subvenções de baixa renda, o subsídio relativo ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída, e o subsídio referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

No exercício de 2023, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$1.564.705 (R\$1.689.264 no exercício de 2022) e os demais subsídios, que incluem bandeiras tarifárias e o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, totalizou o montante de R\$77.984 (R\$284.423 no exercício de 2022).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$187.066 (R\$153.402 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante em “Outros ativos”.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	2023	2022
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.881.509	1.369.652
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	805.571	944.090
	2.687.080	2.313.742
Ativo circulante	493.934	746.031
Ativo não circulante	2.193.146	1.567.711

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	761.711
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(22.581)
Adições obrigações especiais	(91.607)
Baixas	(969)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	39.369
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	363.838
Realização	(1.219)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 25)	149.238
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são

inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados demonstrados a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências (2)	Saldos em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(344.768)	1.597.476	(2.527.525)	259.544	331.434	(683.839)	(434.529)	(249.310)	(582.250)	(101.589)
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.787.316)	1.212.934	(1.222.604)	160.984	527.782	(1.108.220)	(442.509)	(665.711)	(836.600)	(271.620)
Custo da energia de Itaipu	594.261	(40.412)	(455.193)	43.857	(113.674)	28.839	142.514	(113.675)	75.256	(46.417)
Proinfa	31.112	-	(41.958)	834	(9.726)	(19.738)	(18.760)	(978)	(19.339)	(399)
Transporte rede básica	215.794	388.095	(265.240)	39.212	35.107	412.968	113.569	299.399	290.713	122.255
Transporte de energia Itaipu	17.966	60.670	(20.434)	4.078	4.807	67.087	13.829	53.258	45.340	21.747
ESS	582.526	(23.811)	(379.605)	7.346	(248.465)	(62.009)	(242.331)	180.322	(135.640)	73.631
CDE	889	-	(142.491)	3.233	135.603	(2.766)	(841)	(1.925)	(1.980)	(786)
Demais ativos financeiros setoriais	1.288.858	1.254.556	(1.388.410)	204.857	129.549	1.489.410	523.142	966.268	1.076.184	413.226
Quota parte de energia nuclear	105.120	102.784	(85.832)	16.212	-	138.284	50.905	87.379	102.604	35.680
Neutralidade da parcela A	203.307	168.444	(50.991)	5.017	60.504	386.281	(28.614)	414.895	362.900	23.381
Sobrecontratação de energia (1)	749.583	643.203	(528.852)	57.966	-	921.900	348.740	573.160	687.860	234.040
Devoluções tarifárias	(70.690)	-	-	-	(17.046)	(87.736)	(25.065)	(62.671)	(66.960)	(20.776)
Outros	301.538	340.125	(722.735)	125.662	86.091	130.681	177.176	(46.495)	(10.220)	140.901
Total ativos financeiros setoriais	944.090	2.852.032	(3.915.935)	464.401	460.983	805.571	88.613	716.958	493.934	311.637
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CVA passiva	-	(1.706.410)	2.379.230	(341.386)	(331.434)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(1.178.579)	1.940.513	(234.152)	(527.782)	-	-	(234.152)	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(109.148)	-	(4.526)	113.674	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(31.319)	25.259	(3.666)	9.726	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	35.107	-	(35.107)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	4.590	217	(4.807)	-	-	-	-	-
ESS	-	(506.581)	370.804	(112.688)	248.465	-	-	-	-	-
CDE	-	119.217	2.957	13.429	(135.603)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(729.464)	907.509	(46.946)	(131.099)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(58.381)	123.734	(4.849)	(60.504)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(87.869)	73.113	(2.290)	17.046	-	-	-	-	-
Outros	-	(583.214)	710.662	(39.807)	(87.641)	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(2.435.874)	3.286.739	(388.332)	(462.533)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)	944.090	416.158	(629.196)	76.069	(1.550)	805.571	88.613	716.958	493.934	311.637

- (1) O ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo nos anos de 2017 e 2018, provisoriamente repassado aos consumidores pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, foi recuperado pela Companhia nos reajustes tarifários de 2021 (parcialmente) e de 2023, ambos relativos à sobrecontratação de 2017. Tal efeito foi possível em razão da publicação do despacho ANEEL n° 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Em relação à sobrecontratação de 2018, no valor de R\$30.024, houve a publicação do despacho de involuntariedade n° 4.395 em 10 de novembro de 2023, garantindo a recuperação no próximo reajuste tarifário. No que diz respeito ao valor constituído no período, há um alto volume de sobra de energia, observada no mercado de forma geral, liquidado no Mercado de Curto Prazo por um PLD baixo. Essas sobras de energia devem-se, principalmente, em razão do aumento crescente da energia injetada pelas instalações MMGD.
- (2) Adicionalmente às transferências ocorridas entre ativos e passivos financeiros setoriais, houve uma transferência de R\$1.550 para o grupo "Outros ativos".

Política contábil

Ativos vinculados à concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A parcela dos ativos da concessão que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes

Estimativas e julgamentos

Ativos vinculados à concessão

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo

extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

13. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.926.652
Adições	3.097.578
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(761.711)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(2.412.072)
Ajuste de ativos em curso (1)	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.849.852
Adições	3.478.217
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(363.838)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(1.540.861)
Ajuste de ativos em curso (1)	7.500
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.430.870

(2) Refere-se à reversão de provisões, registradas em exercícios anteriores, para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas). A reversão fez-se necessária uma vez que algumas obras foram retomadas e finalizadas.

Dentre as adições realizadas no exercício de 2023, no montante de R\$3.478.217, está contemplado o montante de R\$62.482 (R\$41.126 no exercício de 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 19. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 12,25%. A natureza das adições em ativos de contrato é apresentada na nota nº 26b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 25.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Política contábil

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão, são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo de concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo

financeiro. A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 3.6

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 destas demonstrações financeiras.

a) Composição do saldo

	2023			2022		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	27.525.998	(11.928.214)	15.597.784	25.760.065	(11.151.378)	14.608.687
(-) Obrigações especiais (Nota 15)	(5.690.916)	2.019.803	(3.671.113)	(5.287.534)	1.809.300	(3.478.234)
Ativos da concessão líquidos	21.835.082	(9.908.411)	11.926.671	20.472.531	(9.342.078)	11.130.453
Intangível em curso	172.719	-	172.719	184.465	-	184.465
Total do intangível	22.007.801	(9.908.411)	12.099.390	20.656.996	(9.342.078)	11.314.918

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.449.638
Adições	95.514
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	22.581
Outras transferências	91.607
Baixas	(56.544)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	2.412.072
Amortização	(699.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.314.918
Adições	122.157
Baixas	(80.724)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	1.540.861
Amortização	(797.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.099.390

As principais taxas anuais de amortização encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	3,95%	Administração	14,84%
--------------	-------	---------------	--------

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na

utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão. A natureza das adições em intangível é apresentada na nota nº 26b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 25.

Política contábil

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Estimativas e julgamentos

A amortização desses ativos da concessão reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Os intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

15. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, Estados e Municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	2023	2022
Participação Financeira do Consumidor	(5.283.276)	(4.753.794)
Participação da União, Estados e Municípios (1)	(637.219)	(593.689)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(356.225)	(351.017)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.156)	(6.967)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(18.513)	-
(-) Amortização Acumulada	2.019.803	1.809.300
Total	(4.693.289)	(4.301.870)

Alocação	2023	2022
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(889.790)	(732.030)
Infraestrutura - Intangível em Serviço (Nota 14)	(3.671.113)	(3.478.234)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(132.386)	(91.606)
Total	(4.693.289)	(4.301.870)

(1) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (70% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

16. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados de janeiro a dezembro de 2022 (1)		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados de janeiro a dezembro de 2023(1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	148.401	28.408	176.809
Baixa (contratos encerrados)	(4.090)	-	(4.090)
Adição	1.272	89.583	90.855
Amortização	(7.813)	(30.768)	(38.581)
Remensuração (2)	12.025	3.160	15.185
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178
Baixa (contratos encerrados)	(4.310)	-	(4.310)
Adição	4.231	-	4.231
Amortização (1)	(8.546)	(28.053)	(36.599)
Remensuração (2)	7.197	48.950	56.147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	148.367	111.280	259.647

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$565 no exercício de 2023 (R\$506 no exercício de 2022); a taxa anual média ponderada de amortização é 5,92% para Imóveis e 21,01% para Veículos.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.012
Adição	90.855
Baixas (contratos encerrados)	(4.418)
Juros incorridos	21.586
Arrendamentos pagos	(51.792)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.555)
Remensuração	15.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Adição	4.231
Baixas (contratos encerrados)	(5.092)
Juros incorridos (1)	27.781
Arrendamentos pagos	(53.830)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.581)
Remensuração	56.147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.529
Passivo circulante	56.294
Passivo não circulante	230.235

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$1.483 no exercício de 2023 (R\$1.404 no exercício de 2022).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão na nota explicativa 28.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	608.305	286.529
PIS/Pasep e Cofins potencial	43.505	15.238

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2024	58.879
2025	58.666
2026	58.440
2027	48.556
2028	22.703
2029 a 2049	361.061
Valores não descontados	608.305
Juros embutidos	(321.776)
Passivo de arrendamentos	286.529

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

17. FORNECEDORES

	2023	2022
Energia de curto prazo - CCEE	128.122	95.928
Encargos de uso da rede elétrica (1)	242.661	204.119
Energia elétrica comprada para revenda	746.018	682.239
Itaipu binacional	239.780	273.618
Materiais e serviços	667.868	673.819
	2.024.449	1.929.723

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 29 dessas demonstrações financeiras.

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2023	2022
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	63.813	53.004
Cofins	92.459	72.901
PIS/Pasep	19.989	15.661
INSS	35.021	27.589
ISSQN	18.112	16.191
Outros	39.061	12.544
	268.455	197.890
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	512.852	1.154.798
ICMS (1)	340.800	340.800
	853.652	1.495.598
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	501.159	1.632.200
	1.354.811	3.127.798
	1.623.266	3.325.688

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, uma vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, que também não sofreu qualquer alteração.

A movimentação do PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.836.314
ICMS a restituir	340.800
Restituição aos consumidores	(2.360.056)
Atualização financeira- Selic	831.730
Complemento crédito tributário Lei Nº 14.385/2022	1.479.010
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.127.798
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira- Selic	202.352
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.354.811

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Companhia, foi constatada uma redução de R\$66.681 no crédito total, dos quais R\$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada em maio de 2023, tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

Até 31 de dezembro de 2023 já foi restituído o montante de R\$5.852.029 aos consumidores.

19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2023						2022
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	-	-	-	2.380
Total de empréstimos				-	-	-	2.380
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	330.746	304.242	634.988	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	271.109	-	271.109	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.794	1.945.316	1.948.110	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	2.212	500.000	502.212	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.238	528.830	530.068	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R\$	32.032	2.000.000	2.032.032	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				-	(8.692)	(8.692)	(12.048)
(-) Custos de transação				(418)	(21.787)	(22.205)	(15.959)
Total de debêntures				639.713	5.247.909	5.887.622	4.573.618
Total geral				639.713	5.247.909	5.887.622	4.575.998

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captação de recursos

Em 6 de junho de 2023, a Companhia concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública sob o rito de regime automático de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram emitidas 2 milhões de Debêntures, perfazendo o valor total de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), à taxa de remuneração de CDI + 2,05% com vencimento em 3 anos. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será pago em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento (50% do saldo) em 15 de maio de 2025 e o segundo, do saldo remanescente, em 15 de maio de 2026, data do vencimento principal. Os recursos captados serão destinados à recomposição de caixa da Cemig D, compreendendo, mas não se limitando, à operação da Cemig D e aos investimentos realizados.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(12.057)
Total de captações				1.987.943

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

A composição dos empréstimos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	334.778	1.276.900	972.658	-	264.415	264.415	3.113.166
CDI (3)	305.353	1.000.000	1.000.000	500.000	-	-	2.805.353
Total por Indexadores	640.131	2.276.900	1.972.658	500.000	264.415	264.415	5.918.519
(-) Custos de transação	(418)	(6.212)	(6.154)	(749)	(4.336)	(4.336)	(22.205)
(-) Desconto	-	(4.199)	(4.199)	-	(147)	(147)	(8.692)
Total geral	639.713	2.266.489	1.962.305	499.251	259.932	259.932	5.887.622

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Variação acumulada em 2023 (%)	Variação acumulada em 2022 (%)
IPCA	4,62	5,79
CDI	13,04	12,39

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.247.161
Debêntures obtidas	1.000.000
Custos de transação	(12.103)
Desconto na emissão de títulos	(375)
Captações líquidas	987.522
Variação monetária	162.341
Encargos financeiros provisionados	306.393
Amortização do custo de transação	2.655
Encargos financeiros pagos	(310.066)
Amortização de principal	(820.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Captações líquidas	1.987.943
Variação monetária	134.791
Encargos financeiros provisionados	448.677
Amortização do custo de transação	5.809
Encargos financeiros pagos	(430.493)
Amortização de principal	(835.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.887.622

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2023	2022
Encargos de empréstimos e debêntures	448.677	306.393
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 13)	(62.482)	(41.126)
Efeito líquido no resultado	386.195	265.267

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,99% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.207.947
Aval e fianças	634.862
Fiança	3.044.813
TOTAL	5.887.622

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

(1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esse índice de forma contínua.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2023	2022
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE (1)	187.177	220.801
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	126.468	112.458
Pesquisa Expansão Sistema Energético (a)	3.468	3.226
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (a)	7.219	6.735
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	66.818	46.557
CDE sobre P&D (2)	2.166	2.021
CDE sobre PEE (2)	7.785	4.041
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.199	2.101
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	454.186	448.826
Passivo circulante	373.039	393.389
Passivo não circulante	81.147	55.437

- (1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
- (2) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (3) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

a) Pesquisa e desenvolvimento e inovação

A Companhia deve destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. A movimentação dos saldos relacionados segue abaixo.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/12/2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.735	49.459	(48.975)	-	-	7.219
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.226	24.729	(24.487)	-	-	3.468
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	112.458	27.087	-	(27.307)	14.230	126.468

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/12/2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.638	36.286	(37.189)	-	-	6.735
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.677	18.143	(18.594)	-	-	3.226
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	89.947	25.400	-	(14.207)	11.318	112.458

21. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) consiste em um sistema no qual a energia elétrica injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e, posteriormente, compensada como consumo de energia elétrica.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a compensar mensurado pela tarifa de energia da distribuição, vigente.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante era de R\$704.653 (R\$455.273 em 31 de dezembro de 2022). Esse aumento decorre principalmente do aumento

do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022).

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano salgado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional salgado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um Plano de Saúde Integrado (PSI) e um plano odontológico para os colaboradores, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1)/ IAS 19 - Benefícios a colaboradores e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado, de forma facultativa ao PSI, a todos colaboradores ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os colaboradores que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de colaboradores cobertos pelo PSI.

À luz do IAS 19/ CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R\$33.123 para o plano de saúde e de R\$867 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico, registrados como outros resultados abrangentes no primeiro trimestre de 2023.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$377.390 (R\$396.483 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$248.910, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$128.480. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R\$116.228	R\$182.316	R\$485.205
Montante considerando a paridade contributiva	R\$58.114	R\$91.158	R\$242.603
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R\$19.519	R\$18.771	R\$14.684

Em relação ao Equacionamento do Déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra a patrocinadora Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$116.228. Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$65.417 (R\$182.140 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607
Valor justo dos ativos do plano	(5.804.379)	-	-	(5.804.379)
Passivo líquido inicial	1.381.864	2.177.881	38.483	3.598.228
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	12.855	-	-	12.855
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.394.719	2.177.881	38.483	3.611.083

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	6.766.866	2.392.168	43.413	9.202.447
Valor justo dos ativos do plano	(5.441.522)	-	-	(5.441.522)
Passivo líquido inicial	1.325.344	2.392.168	43.413	3.760.925
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	64.072	-	-	64.072
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	7.225.191	2.503.024	46.763	9.774.978
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Custo do serviço passado (2)	(2.601)	-	-	(2.601)
Juros sobre a obrigação atuarial	735.238	261.416	4.883	1.001.537
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(4.312)	(1.046)	67	(5.291)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(508.981)	(222.897)	(3.950)	(735.828)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(36.130)	(10.544)	(2.011)	(48.685)
	(549.423)	(234.487)	(5.894)	(789.804)
Benefícios pagos	(642.526)	(149.233)	(2.600)	(794.359)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	6.766.866	2.392.168	43.413	9.202.447
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado (2)	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.847	1.029.573
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	21.348	402	21.750
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	443.432	170.240	3.120	616.792
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(130.878)	(491.060)	(9.879)	(631.817)
	312.554	(299.472)	(6.357)	6.725
Benefícios pagos	(650.118)	(158.236)	(2.750)	(811.104)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607

(1) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

(2) Referentes às adesões dos colaboradores ao novo plano de saúde ofertado pela Companhia, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	5.614.388
Retorno real dos investimentos	272.618
Contribuições do empregador	197.042
Benefícios pagos	(642.526)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	5.441.522
Retorno real dos investimentos	788.024
Contribuições do empregador	224.951
Benefícios pagos	(650.118)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	5.804.379

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2023 e 2022 são como segue:

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.846	1.029.572
Rendimento sobre os ativos do plano	(589.988)	-	-	(589.988)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	166.953	243.421	4.176	414.550

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Custo do serviço passado	(2.601)	-	-	(2.601)
Juros sobre a obrigação atuarial	735.238	261.416	4.883	1.001.537
Rendimento sobre os ativos do plano	(563.198)	-	-	(563.198)
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	170.426	272.864	5.144	448.434

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.623.608	2.503.024	46.763	4.173.395
Despesa reconhecida no resultado	173.027	272.864	5.144	451.035
Custo do serviço passado	(2.601)	-	-	(2.601)
Contribuições pagas	(197.042)	(149.233)	(2.600)	(348.875)
Perdas (ganhos) atuariais	(207.576)	(234.487)	(5.894)	(447.957)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997
Despesa reconhecida no resultado	166.953	276.544	5.043	448.540
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(224.951)	(158.236)	(2.750)	(385.937)
Perdas (ganhos) atuariais	63.302	(299.472)	(6.357)	(242.527)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.394.720	2.177.881	38.482	3.611.083
			2023	2022
Passivo circulante			231.390	274.904
Passivo não circulante			3.379.693	3.550.093

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado de 2023, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$400.163 (R\$419.633 em 31 de dezembro de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$14.388 (R\$28.801 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no resultado financeiro do exercício de 2023 (R\$24.522 no exercício de 2022).

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2024 é como segue:

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	736	4.908	93	5.737
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(494.672)	-	-	(494.672)
Estimativa de despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	126.614	195.071	3.438	325.123

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2024 é como segue:

2024	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	658.914	158.692	3.129	820.735

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2024 no montante de R\$111.527 para amortização de déficit do Plano A e de R\$57.419 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas significativas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	201.216	43.387	781	245.384
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(183.517)	(44.133)	(794)	(228.444)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	670.738	251.764	4.408	926.910
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(573.463)	(227.707)	(3.990)	(805.160)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
	8,38	10,26	9,92
			9,79

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	2023	2022
Ações e títulos de renda variável	786.598	350.968
Títulos de renda fixa	4.390.326	4.183.966
Imóveis	258.308	266.071
Outros	369.147	640.517
Total	5.804.379	5.441.522

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação:

	2023	2022
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	95.536	136.672
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	212.575	208.710
	308.111	345.382

Principais premissas atuariais

	2023		2022	
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,03%	9,07%	11,73%	11,83%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,03%	Não aplicável	11,73%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	5,31%	5,31%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	5,31%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os colaboradores, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento do exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos

salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

23. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Trabalhistas	297.311	99.337	(2.458)	(74.812)	319.378
Cíveis					
Relações de consumo	36.679	65.166	(8.591)	(51.178)	42.076
Outras ações cíveis	32.687	22.963	-	(17.962)	37.688
	69.366	88.129	(8.591)	(69.140)	79.764
Tributárias	937.320	96.194	-	(387)	1.033.127
Regulatórias	34.293	4.758	(294)	(2.157)	36.600
Outras	4.334	8.969	(593)	(1.396)	11.314
Total	1.342.624	297.387	(11.936)	(147.892)	1.480.183

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
Trabalhistas	293.731	87.052	(18.991)	(64.481)	297.311
Cíveis					
Relações de consumo	31.015	40.713	(7)	(35.042)	36.679
Outras ações cíveis	36.127	10.856	(3.439)	(10.857)	32.687
	67.142	51.569	(3.446)	(45.899)	69.366
Tributárias	797.442	182.686	(42.436)	(372)	937.320
Regulatórias	32.545	4.547	(2.063)	(736)	34.293
Outras	12.730	17.081	(8.409)	(17.068)	4.334
Total	1.203.590	342.935	(75.345)	(128.556)	1.342.624

Há ações judiciais cuja expectativa de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	2023	2022
Trabalhistas	1.145.327	997.927
Cíveis		
Relações de consumo	306.055	194.128
Outras ações cíveis	486.699	444.688
	792.754	638.816
Tributárias	1.373.073	1.191.496
Regulatórias	684.929	869.338
Outras	1.116.568	949.190
Total	5.112.651	4.646.767

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de R\$230.949 (R\$152.686 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$12.506 (R\$10.091 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus colaboradores entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas

pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de R\$1.073.574 (R\$982.070 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$918.668 (R\$829.721 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos colaboradores, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R\$228.738 (R\$218.772 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$101.953 (R\$97.508 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de R\$124.361 (R\$112.362 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa

Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$65.558 (R\$60.454 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$409.275 (R\$355.930 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no valor de R\$81.894 (R\$67.852 em 31 de dezembro de 2022). O montante das contingências é de R\$73.983 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$199.762 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus colaboradores e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de R\$1.464.705 (R\$1.295.238 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$319.378 foram provisionados (R\$297.311 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$244.904 (R\$230.807 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$42.076 (R\$36.679 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Interrupções de energia

A promotoria de justiça de Uberlândia ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia em decorrência de recorrentes interrupções de energia no município. O montante da contingência por danos morais coletivos é de R\$103.227 em 31 de dezembro de 2023. A probabilidade de perda foi classificada como possível, uma vez que o processo está na fase inicial, ainda em elaboração da defesa da Companhia.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$524.387 (R\$477.375 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$37.688 (R\$32.687 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, os encargos cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de R\$539.640 (R\$266.293 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$36.600 (R\$34.293 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$50.044 (R\$45.642 em 31 de dezembro de 2022).

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal (MPF) impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão. Em julho de 2023, após o regular trâmite do processo, o pedido do MPF foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado.

Penalidade administrativa

A Companhia e sua controlada ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$131.846 (R\$108.403 em 31 de dezembro de 2022) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$366.571 (R\$259.881 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$11.159 (R\$4.193 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$515.381 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$154 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$245.929 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Política contábil

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$6.284.312 (R\$5.371.998 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas (2.359.113.452 em 31 de dezembro de 2022), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

AFAC	Montante	Aumento de Capital
27/02/2023	R\$ 100.000	27/04/2023
10/03/2023	R\$ 94.000	27/04/2023
17/03/2023	R\$ 350.000	14/07/2023
25/04/2023	R\$ 100.000	14/07/2023

Esses Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital têm como finalidade reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Em 27 de abril e 14 de julho de 2023, foram realizadas integralizações de capital que totalizaram R\$912.314, sendo R\$268.314 referentes a aumento de capital via Juros sobre Capital Próprio e R\$644.000 de adiantamento para futuro aumento de capital conforme quadro acima.

O capital social passou de R\$5.371.998 para R\$6.284.312, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.371.998
Integralização de Capital com AFAC	644.000
Integralização de Capital com JCP declarado em 2022 (1)	268.314
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.284.312

(1) Considerando que os juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2022 foram superiores aos dividendos previstos no Estatuto Social, a Administração aprovou em AGO que, dos R\$576.532 declarados, o montante de R\$268.314, já líquido do imposto de renda, fosse destinado para aumento de capital social.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2023	2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	1.611.460	443.475
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,68	0,19

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.377.652 (R\$1.537.720 em 31 de dezembro de 2022).

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico.

d) Remuneração dos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou no estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$667.647, conforme valores e datas abaixo, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório de 2023.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
22/03/2023	155.026	23.254
20/06/2023	165.375	24.806
19/09/2023	174.675	26.201
12/12/2023	172.572	25.886
	667.647	100.147

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia

Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$227.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2023.

	2023
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	1.611.460
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	805.730
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	100.147
	905.877
Juros sobre capital próprio e dividendos registrados em conformidade com o estatuto	
Juros sobre capital próprio	667.647
Dividendos obrigatórios	238.230
	905.877
Juros sobre capital próprio por ação - R\$	0,2830
Dividendos por ação- R\$	0,1010

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	916.961
Declaração de juros sobre capital próprio	576.532
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(86.480)
Pagamentos	(223.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.183.846
Dividendos obrigatórios	238.230
Declaração de juros sobre capital próprio	667.647
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(100.147)
Destinação para aumento de capital	(268.314)
Pagamentos	(221.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.499.524

Proposta de destinação do lucro de 2023

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R\$1.611.460:

- R\$79.026, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$30.933 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2023 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$667.647 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);

- R\$238.230 dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024;
- R\$595.624 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024.

e) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de Lucros		
Reserva legal	577.554	498.528
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	122.202	91.269
Reserva de retenção de lucros	3.276.809	2.681.185
	3.976.565	3.270.982

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal constituída totaliza R\$79.026 (R\$21.384 em 31 de dezembro de 2022).

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$30.933 (R\$15.796 em 31 de dezembro de 2022), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2023 alcança o montante de R\$122.202 (R\$91.269 em 31 de dezembro de 2022). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

25. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	21.550.740	20.209.439
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	1.908.658	2.360.056
Receita de uso da rede - consumidores livres	4.447.516	3.715.074
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1) (2)	(213.038)	(1.146.559)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 13 e 14)	3.600.374	3.193.092
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (3)	-	(829.783)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 12)	149.238	39.369
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(138.925)	(94.035)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (b)	(3.766)	453.131
Outras receitas (c)	2.100.334	2.461.551
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(10.052.694)	(9.442.619)
	23.348.437	20.918.716

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 18.

- (1) O efeito da bandeira escassez hídrica, vigente até abril de 2022, conforme Resolução nº 3 CREG/MME, resultou na redução significativa de receita no exercício de 2022. Devido a melhores condições hidrológicas, a bandeira tarifária foi verde desde maio de 2022, não produzindo efeito no exercício de 2023.
- (2) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 12b.
- (3) Decorre do reconhecimento dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1) (2)		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Residencial	12.092.422	11.216.803	10.794.350	10.133.148
Industrial	1.297.599	1.532.562	1.174.059	1.240.145
Comércio, serviços e outros	4.380.051	4.541.506	5.018.937	5.024.343
Rural	3.003.978	3.061.899	2.224.234	2.041.079
Poder público	955.889	855.672	785.797	660.453
Iluminação pública	1.055.562	1.138.039	497.637	534.658
Serviço público	1.045.141	1.400.256	743.793	840.669
Subtotal	23.830.642	23.746.737	21.238.807	20.474.495
Consumo próprio	29.703	30.942	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	172.198	59.673
Fornecimento não faturado líquido	-	-	139.735	(324.729)
Total	23.860.345	23.777.679	21.550.740	20.209.439

- (1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.
- (2) O volume informado não inclui o mercado de geração distribuída, que correspondeu a 3.910.204 MWh em 2023 (2.672.285 MWh em 2022).

b) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

c) Outras receitas

	2023	2022
Serviço taxado	20.958	19.057
Outras prestações de serviços	30.898	22.513
Subvenções Baixa Renda	401.337	320.625
Subsídio SCEE (1)	128.651	-
Subsídio Eletrobrás (2)	50.947	432.412
Subsídio de bandeiras tarifárias	77.979	289.897
Outras subvenções (3)	983.775	930.753
Aluguel e arrendamento (4)	395.794	490.806
Transações na CCEE	2.124	(51.684)
Outras	7.871	7.172
	2.100.334	2.461.551

- (1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.
- (2) Refere-se aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
- (3) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, bem como a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.
- (4) O montante apresentado no exercício de 2022 compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
Tributos sobre a receita		
ICMS (1)	3.841.039	3.560.687
PIS/Pasep	410.452	389.714
Cofins	1.890.566	1.795.048
ISSQN	1.478	1.101
	6.143.535	5.746.550
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	73.520	68.944
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.689.689	3.742.707
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	27.086	25.400
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	38.695	36.286
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	19.347	18.143
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	(251.821)
CDE sobre P&D	11.608	10.886
CDE sobre PEE	23.217	21.772
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	25.997	23.752
	3.909.159	3.696.069
	10.052.694	9.442.619

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de

fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Receita de uso da rede - consumidores livres

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.

Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

Receita de construção de infraestrutura de distribuição

As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de distribuição, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a "Outros ativos" no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

Receita de uso da rede - consumidores livres

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

26. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.207.091	1.644.066
Contratos por cotas de garantia física	944.175	972.986
Cotas das usinas de Angra I e II	363.571	357.192
Energia de curto prazo - CCEE	373.487	434.229
Contratos bilaterais	510.114	492.855
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	4.044.859	3.380.335
PROINFA	510.606	597.815
Geração distribuída	2.331.020	1.977.194
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(695.633)	(685.444)
	9.589.290	9.171.228
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	203.849	155.604
Encargos Transmissão - Rede Básica	2.340.870	1.962.681
Encargos de Conexão	137.645	109.637
Encargos Distribuição	7.954	7.187
Energia CCEE-ESS	49.548	370.425
Energia CCEE-EER	639.690	443.772
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(312.609)	(282.061)
	3.066.947	2.767.245
	12.656.237	11.938.473

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2023	2022
Pessoal	143.874	122.847
Materiais	1.903.829	2.017.448
Serviços de terceiros	1.399.741	987.843
Encargos financeiros	62.482	41.126
Arrendamentos e aluguéis	5.860	6.047
Impostos e taxas	895	4.377
Outros	83.693	13.404
	3.600.374	3.193.092

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	641.741	668.477	-	-	232.783	244.628	-	-	874.524	913.105
Participação de empregados e administradores no resultado	147	82	-	-	-	2.326	101.356	37.426	101.503	39.834
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	400.163	419.634	400.163	419.634
Materiais	77.792	66.702	-	-	36.794	51.425	-	-	114.586	118.127
Serviços de terceiros (C.1)	1.432.309	1.219.771	-	-	181.470	200.067	-	-	1.613.779	1.419.838
Amortização (Nota 14b)	772.040	643.222	-	-	25.782	56.728	-	-	797.822	699.950
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 16)	36.035	38.075	-	-	-	-	-	-	36.035	38.075
Provisões	285.451	267.590	-	-	-	-	-	-	285.451	267.590
Perdas de créditos esperadas	-	-	159.694	108.141	-	-	17.377	23.068	177.071	131.209
Outras despesas, líquidas (C.2)	17.246	52.172	-	-	53.947	14.014	349.965	181.447	421.158	247.633
	3.262.761	2.956.091	159.694	108.141	530.776	569.188	868.861	661.575	4.822.092	4.294.995

C.1) Serviços de terceiros

	2023	2022
Leitura de medidores e entrega de contas	161.032	145.824
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	628.141	526.369
Comunicação	164.587	148.975
Conservação e limpeza de prédios	57.170	49.294
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	104.179	80.752
Corte e religação	87.008	89.746
Podas de árvores	57.728	49.383
Serviços advocatícios e custas processuais	28.282	30.149
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.789	9.042
Serviços de tecnologia da informação	135.189	108.769
Mão de obra contratada	28.652	13.121
Hospedagem e alimentação	15.582	11.456
Vigilância	12.015	9.499
Manutenção e conservação de veículos	3.792	7.841
Reprografia e publicações legais	15.403	15.682
Consultoria	7.995	26.433
Despesas (reversão) com transporte - pessoa jurídica	1.809	4.947
Inspeção de unidades consumidoras	44.549	40.483
Serviços logísticos	1.609	2.294
Fretes e Passagens	2.233	1.366
Outros	52.034	48.413
	1.613.778	1.419.838

C.2) Outras despesas, líquidas

	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	(807)	8.417
Propaganda e publicidade	7.953	5.884
Consumo próprio de energia elétrica	22.613	24.064
Subvenções e doações	14.295	21.824
Anuidade CCEE	3.407	3.095
Seguros	8.766	9.473
Forluz - custeio administrativo	28.999	26.365
Resultado na desativação e alienação de bens (1)	185.198	79.666
Agentes arrecadadores	72.169	76.938
Impostos e taxas	5.836	5.058
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	(7.607)	(827)
Multa Aneel (2)	10.660	-
Outras despesas (reversão) (3)	69.677	(12.324)
	421.159	247.633

(1) De acordo com a atual política de investimentos da Companhia, a desativação e alienação de bens tem aumentado devido à substituição de equipamentos.

(2) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R\$10.660, cobrada em face de fiscalização da Aneel, em 2019, para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Companhia na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída

(3) Compreende, dentre outras despesas, compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R\$84.765.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	100.272	113.525
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(32.134)	(15.184)
Acréscimos moratórios de contas de energia	268.882	324.821
Variações cambiais de Itaipu	6.723	16.722
Variações monetárias	21.984	57.055
Variação monetária depósitos judiciais	47.406	48.243
Variação monetária - CVA (Nota 12b)	76.069	185.121
Outras	94.587	60.582
	583.789	790.885
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(386.195)	(265.267)
Amortização do custo de transação (Nota 19)	(5.809)	(2.655)
Encargos de variação monetária - Forluz	(14.387)	(28.800)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(134.791)	(162.341)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(129.457)	(1.335.034)
Variação monetária de P&D e PEE	(35.871)	(36.850)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 16)	(26.299)	(20.182)
Outras variações monetárias	(28.998)	(24.932)
Outras	(75.107)	(30.069)
	(836.914)	(1.906.130)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(253.125)	(1.115.245)

(1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida. Os valores correspondentes à devolução aos consumidores foram homologados pela Aneel e incorporados nos reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Operações com energia elétrica								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	70	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	3.417	4.634	8.862	8.837	2.417	33.966	(67.731)	(85.161)
Aliança Geração	3.446	4.070	11.591	11.366	49.344	55.629	(128.084)	(122.553)
Norte Energia	-	-	30.975	30.263	-	-	(278.213)	(259.901)
Taesa	-	-	-	-	-	-	-	(476)
Retiro Baixo	357	1.046	-	702	5.124	6.567	(6.454)	(6.029)
Cemig Sim	-	-	-	-	933	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.733	1.604	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	108	-	-	1.781	1.425	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	12.407	10.874	-	-	(106.063)	(88.360)
Sete Lagoas	-	-	295	-	-	-	(2.602)	-
Taesa	-	-	104	-	-	-	(6.215)	(3.547)
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	22.021	19.651	30.107	-	(254.926)	(217.857)
Centroeste	-	-	-	-	-	-	(1.514)	-
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(4.988)	-
Taesa	-	-	11.005	10.891	-	-	(122.512)	(119.428)

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	45.292	36.558	-	-	193.531	166.331	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	7.119	-	22.833	26.483	-	-	(57.997)	(45.923)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	203	2.565	-	-	(134)	(431)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(15.194)	(3.024)

Referem-se aos contratos de mútuo firmados, em 10 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2023, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 07 de junho de 2023, acrescidos de juros nos montantes de R\$6.657 mil e R\$8.538 mil, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora Os mútuos obtiveram anuência da Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.497.494	1.183.846	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$1.497.494. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes nota explicativa nº 24.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
FIC Pampulha Circulante								
Caixa e equivalentes	649	46.948	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.424	278.552	-	-	46	6.632	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.052	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	18.686	18.686	-	-	(24.864)	(23.245)
Não circulante								
Arrendamento operacional	134.742	133.724	131.252	132.151	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Benefícios pós-emprego								
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	91.198	143.863	-	-	(166.953)	(173.027)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(55.136)	(54.636)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(28.999)	(26.365)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	1.303.522	1.245.553	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	160.985	151.833	-	-	(281.588)	(278.008)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.055.379	2.283.748	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 22);
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes na nota explicativa nº 22.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Remuneração	13.551	11.995
Participação nos resultados (reversão)	3.141	3.200
Previdência privada	1.284	1.134
Planos de saúde e odontológico	96	146
Seguro de vida	20	33
Total (1)	18.092	16.508

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		1.356	1.356	39.581	39.581
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 7)		3.958.243	3.958.243	3.138.398	3.138.398
Fundos vinculados		11.532	11.532	1.444	1.444
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		805.571	805.571	944.090	944.090
Reembolso de subsídios tarifários		187.066	187.066	153.402	153.402
		4.963.768	4.963.768	4.276.915	4.276.915
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	264.606	264.606	356.842	356.842
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	136	136	30.587	30.587
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	396	396	64.208	64.208
Letras financeiras - bancos	2	878	878	144.798	144.798
Debêntures	2	15	15	1.595	1.595
		1.425	1.425	241.188	241.188
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.881.509	1.881.509	1.369.652	1.369.652
		2.147.540	2.147.540	1.967.682	1.967.682
		7.111.308	7.111.308	6.244.597	6.244.597
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(5.887.622)	(5.887.622)	(4.575.998)	(4.575.998)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(65.417)	(65.417)	(182.140)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(377.390)	(377.390)	(396.483)	(396.483)
Fornecedores		(2.024.449)	(2.024.449)	(1.929.723)	(1.929.723)
Passivo de arrendamentos		(286.529)	(286.529)	(259.873)	(259.873)
		(8.641.407)	(8.641.407)	(7.344.217)	(7.344.217)

- (1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 113,20% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,11%, CDI + 1,18% a CDI + 6,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte

americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2023		2022	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 17)	(49.528)	(239.780)	(52.440)	(273.618)
Passivo líquido exposto		(239.780)		(273.618)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2024 será uma valorização de 2,86% (R\$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,98	Cenário adverso Dólar R\$6,00
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 17)	(239.780)	(246.650)	(297.168)
Passivo líquido exposto	(239.780)	(246.650)	(297.168)
Efeito líquido da variação cambial		(6.870)	(57.388)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2023	2022
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	264.606	356.842
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.781	280.769
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	805.571	944.090
	1.072.958	1.581.701
Passivos		
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 19)	(2.805.353)	(1.317.792)
	(2.805.353)	(1.317.792)
Passivo líquido exposto	(1.732.395)	263.909

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a taxa Selic será de 9,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 9,25%	Cenário adverso Selic 13,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	264.606	289.082	299.666
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.781	3.038	3.149
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	805.571	880.086	912.309
	1.072.958	1.172.206	1.215.124
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 19)	(2.805.353)	(3.064.848)	(3.177.062)
	(2.805.353)	(3.064.848)	(3.177.062)
Passivo líquido exposto	(1.732.395)	(1.892.642)	(1.961.938)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(160.247)	(229.543)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2023	2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12a)	1.881.509	1.369.652
	1.881.509	1.369.652
Passivos		
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 19)	(3.113.166)	(3.283.833)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(65.417)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(377.390)	(396.483)
Passivo de arrendamentos	(2.024.449)	(1.929.723)
	(5.580.422)	(5.792.179)
Passivo líquido exposto	(3.698.913)	(4.422.527)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,23% e a taxa de IGPM será de 3,81% em 31 de dezembro de 2024, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,23% IGPM 3,81%	Cenário adverso IPCA 6,84% IGPM 5,09%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12a)	1.881.509	1.961.097	2.010.204
	1.881.509	1.961.097	2.010.204
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 19)	(3.113.166)	(3.244.853)	(3.326.107)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(65.417)	(68.184)	(69.892)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(377.390)	(393.354)	(403.203)
Passivo de arrendamentos	(2.024.449)	(2.110.083)	(2.162.921)
	(5.580.422)	(5.816.474)	(5.962.123)
Passivo líquido exposto	(3.698.913)	(3.855.377)	(3.951.919)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(156.464)	(253.006)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso

o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Empréstimos e debêntures	45.000	2.346	398.205	34.688	135.000	450.241	5.030.726	643.090	264.415	15.558	7.019.269
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.776	319	21.950	485	33.601	327	-	-	-	-	67.458
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.065	1.845	6.224	3.674	29.346	16.088	196.074	67.005	207.905	20.794	552.020
	58.841	4.510	426.379	38.847	197.947	466.656	5.226.800	710.095	472.320	36.352	7.638.747
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.863.035	-	161.414	-	-	-	-	-	-	-	2.024.449
	1.921.876	4.510	587.793	38.847	197.947	466.656	5.226.800	710.095	472.320	36.352	9.663.196

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 16.

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$788.256 (R\$758.857 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas,

financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig

D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à

comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

c) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	2023	2022
Empréstimos e debêntures (nota 19)	5.887.622	4.575.998
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(447.967)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(2.781)	(280.769)
Dívida líquida	5.436.874	3.854.529
Lajida ajustado (1)	3.069.601	2.634.828
Relação da dívida líquida sobre Lajida ajustado	1,77	1,46

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico Financeiro Consolidado.

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	18.699.341	18.307.385
Caixa e equivalentes de caixa	(447.967)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários	(2.781)	(279.717)
Passivo líquido	18.248.593	17.586.968
Total do patrimônio líquido	8.883.225	7.105.260
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,05	2,48

Política contábil

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;
- reembolso de subsídios tarifários; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	20.826.635	26.307.330
Transporte de energia elétrica de Itaipu	247.581	258.150	265.833	273.897	250.799	4.555.281	5.851.541
Compra de energia - leilão	4.661.462	4.098.697	4.217.557	4.342.094	4.575.134	61.219.606	83.114.550
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	490.920	319.059	99.133	20.011	-	-	929.123
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	384.274	383.224	383.224	385.149	386.274	7.224.526	9.146.671
Cotas de garantias físicas	833.525	737.747	659.439	581.132	581.181	10.698.685	14.091.709
	7.713.901	6.893.016	6.721.325	6.698.422	6.889.527	104.524.733	139.440.924

Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2023.

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nºs 16, 19 e 29 destas demonstrações financeiras.

31. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.

Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Cíveis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.

Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação CDE

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos sem Coobrigação com o Banco Safra para antecipação de três parcelas vincendas de recebíveis da CDE entre março e maio de 2024, no valor de R\$101.458 cada totalizando R\$304.374. O total recebido em 09 de fevereiro de 2024 foi de R\$297.309. Os pagamentos ao Banco Safra ocorrerão à medida do recebimento do recurso original pela CCEE à Cemig D.

Emissão de debêntures

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$400.000.000,00	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$1.600.000.000,00	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu *rating* AA+(bra) à Emissão.

Juros sobre Capital Próprio

Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio relativos ao exercício de 2024 no montante de R\$161.609, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações

Thadeu Carneiro da Silva
Vice-Presidente sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A**
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas explicativas 12, 13 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras. Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto relevante em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível;
- Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício;
- Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação foi apropriada;
- Obtenção da base de ativos homologado na última Revisão Tarifária Periódica e comparação com a base de ativos da Companhia;
- Recálculo do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão relacionado à infraestrutura, considerando os índices que afetam a atualização do valor dos ativos que compõem a base de remuneração homologada pelo regulador nas últimas revisões tarifárias e os itens que foram adicionados após a homologação da revisão tarifária;
- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 22 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como da taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>



Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas



com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da, Cemig Distribuição S.A. –Cemig D, infra-assinados no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2023 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 21-03-2024. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 21-03-2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

Lucas de Vasconcelos Gonzales – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Marney Tadeu Antunes – Vice- Presidente de Distribuição

Leonardo George de Magalhães – Vice- Presidente de Finança e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva – Vice- Presidente Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Vice- Presidente de Participações

Dimas Costa – Vice- Presidente de Comercialização

Cristina Marina Fortini Pinto e Silva – Vice- Presidente Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Marney Tadeu Antunes – Vice- Presidente de Distribuição

Leonardo George de Magalhães – Vice- Presidente de Finança e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva – Vice- Presidente Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Vice- Presidente de Participações

Dimas Costa – Vice- Presidente de Comercialização

Cristina Marina Fortini Pinto e Silva – Vice- Presidente Jurídico

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo coordenador Pedro Carlos de Mello, pelos membros Roberto Tommasetti, e Roberto Cesar Guindalini, este a partir de 06.02.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2023, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024) e Márcio de Lima Leite (até o dia 04.05.2023).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2023

No ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 30 (trinta) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2024, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2023 e 1 (uma) em 2024. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2023 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2024. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O

Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de Compliance -DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI, visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das

demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2023.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

ROBERTO CESAR GUINDALINI - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024, em milhares de reais, conforme abaixo. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$593.875 mil da Retenção de lucros do exercício de 2023.

Investimentos planejados para 2024	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.154.006
Infraestrutura e Outros	276.694
	4.430.700